

Educação é um Direito:

A experiência do projeto Territórios em Rede em Governador Valadares

Governador Valadares

Minas Gerais



Territórios
em Rede



SAN7BLAST WASHING



Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede em
Governador Valadares

Governador Valadares

Minas Gerais

2024

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Ficha Técnica

FUNDAÇÃO VALE

Malu Paiva
Presidente do Conselho de Curadores

Flavia Constant
Diretora Presidente

Pâmella De-Cnop
Diretora Executiva

Fernanda Fingerl
Gerente de Metodologias Sociais

Maykell Costa
Gerente Sul/Sudeste

Andreia Prestes
Analista Especialista de Metodologias

Marluce Braz
Analista de Metodologias

Juliana Bahia
Analista Sul/Sudeste

Fabio Macedo
Comunicação Fundação Vale

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Natacha Costa
Diretora Geral

Paula Patrone
Diretora Institucional

Raiana Ribeiro
Diretora de Programas

Roberta Tasselli
Diretora de Comunicação

Eliana Sousa Silva
Consultora Metodológica

Julia Ventura
Gestora Estratégica

Gisele Martins
Gestora Estratégica de Campo

Dalcio Marinho
Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento

Ana Paula Santana Rodrigues
Felipe Tau
Raquel de Oliveira Silva
Gestão Executiva

Bianca Cambiaghi
Filipe Mendonça
Gestão de Monitoramento e Avaliação

Daniele Moura
Isys Remião
Gestão de Comunicação

Elza Sousa
Cintia Soares
Gestão Geral de Campo

Roberta Castro
Roberta Verneque
Gestão de Polo

Sabrina Bairros
Analista de Comunicação

Jaqueline Maria Ferreira de Souza
Assistente de Comunicação

Marco Faganello
Analista de Monitoramento e Avaliação

Fernando Nascimento
Assistente Monitoramento e Avaliação

Cristiane Aparecida de Oliveira
Katarine Rosa de Oliveira
Yasmim Mancini
Assistentes de Projeto

Equipe Territórios em Rede
Governador Valadares

Regina Freitas Da Silva
Gestão Local

Amanda Silva Brito
Andresa Novais Santana Vieira
Clara Barbalho Gama
Jean Barbosa Bastos
Marcia Regina Marques de Oliveira Silva
Maria do Socorro de Oliveira Barbalho
Mikael Junio Barbosa Silva
Nayara Pimentel Dutra
Phaedla Cristina Trigueiro Meireles
Articuladores locais

Evidências e Sistematização

Miriam Krenzinger
Consultora

Natália Guindani
Coordenação

Bruna Musumeci
Pesquisadora

Luiza Santos
Pesquisadora

Fernando Mendes
Assistente de pesquisa

Julia Ventura
Natacha Costa
Raiana Ribeiro
Revisão técnica

Gláucia Cavalcante
Gustavo Abumrad
Projeto Gráfico

Gustavo Abumrad
Diagramação

Elizete Munhoz Ribeiro
Revisão de textos

Daniele Moura
Isys Remião
Revisão Final

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Educação é um direito [livro eletrônico]: a experiência do projeto Territórios em Rede em Governador Valadares/ Miriam Krenzinger... [et al.]; organização Eliana Sousa Silva...[et al.]; coordenação Associação Cidade Escola Aprendiz. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2024. PDF

Outros autores: Natália Guindani, Bruna Musumeci, Luiza Santos, Fernando Mendes, Julia Ventura, Dalcio Marinho.

Outros organizadores: Julia Ventura, Natacha Costa, Raiana Ribeiro.
ISBN 978-85-64569-28-7

1. Crianças e adolescentes - Educação 2. Direito à educação
3. Educação - Projetos 4. Exclusão escolar
5. Políticas educacionais 6. Projeto Territórios em Rede.
I. Krenzinger, Miriam. II. Guindani, Natália. III. Musumeci, Bruna.
IV. Santos, Luiza. V. Mendes, Fernando. VI. Ventura, Julia.
VII. Marinho, Dalcio. VIII. Silva, Eliana Sousa.
IX. Associação Cidade Escola Aprendiz. X. Ventura, Julia.
XI. Costa, Natacha. XII. Ribeiro, Raiana.

24-236538

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Projetos educacionais: Planejamento e gestão: Educação 370

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Apresentação

Criada há mais de 50 anos, a Fundação Vale tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a Vale atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades principalmente em cinco estados – Pará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores para potencializar seu trabalho nos campos de Educação, Saúde, Assistência Social e Geração de Renda.

Fazem parte dessa rede as secretarias municipais, instituições e empresas privadas e públicas, além de organizações do terceiro setor com experiência em políticas públicas como a Associação Cidade Escola Aprendiz, entre outras.

No campo da Educação, a Fundação Vale foca hoje no desenvolvimento de ações de fortalecimento dos processos de alfabetização e de combate à exclusão escolar, visando a promoção do Direito à Educação de qualidade para todos.



www.fundacaovale.org

A sistematização da experiência do projeto Territórios em Rede em Governador Valadares (MG), apresentada nesta publicação, é resultado de um esforço coletivo que envolveu a coleta de depoimentos e registros documentais, além da organização de todo o conhecimento produzido a partir das ações do projeto em campo. Nosso objetivo é destacar o que foi cuidadosamente construído e vivenciado ao longo desta experiência. Para isso, buscamos lançar luz sobre o processo de cocriação de estratégias que operaram de forma integrada e inter-setorial, com o propósito de promover a agenda de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar em toda a comunidade de Governador Valadares.

Os registros consolidados neste documento visam servir como uma referência para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o Direito à Educação de todas as crianças e adolescentes. Nossa intenção é compartilhar dados e análises com outros municípios, a fim de impulsionar o combate à exclusão escolar em novos contextos, visto que este fenômeno afeta todo o país. Esperamos que a organização desse legado transcenda fronteiras e fortaleça o Direito à Educação como uma pauta pública prioritária no Brasil.

Sumário

- 5** Apresentação
- 9** Introdução
 - 9** O projeto Territórios em Rede
 - 14** O município de Governador Valadares (MG)
- 19** A implementação do Territórios em Rede em Governador Valadares
 - 19** Pressupostos éticos e conceituais
 - 23** Passos estruturantes
- 67** Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Governador Valadares
 - 67** Observações Gerais
 - 73** Destaques
- 79** Cenários da exclusão escolar
 - 82** Casos ilustrativos
 - 92** Intersetorialidade
- 95** Resultados e impactos
 - 95** Métodos de identificação
 - 98** Incidência política
- 107** Considerações e aprendizagens



KIDS CLUB

Territórios em Rede
Governador Valadares

Territórios em Rede tem como objetivo identificar crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que não estão estudando e oferecer apoio para evitar o risco de evasão escolar e reintegrá-los às escolas públicas de Ensino Básico de Governador Valadares.

Territórios em Rede



Você conhece crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de Governador Valadares que não estão estudando?

Então envie uma mensagem que o projeto Territórios em Rede pode te ajudar!

WhatsApp: (33) 99867-7835

www.territoriosemrede.org.br

 **Assesb7**

Foto: Perikles Siqueira, 2022

Introdução

O projeto Territórios em Rede

A Fundação Vale, em parceria com a Cidade Escola Aprendiz, iniciou a implementação do projeto Territórios em Rede (TR), em 2020,

com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e territorial de municípios a partir da agenda de enfrentamento da exclusão escolar.

Por meio da articulação de setores governamentais e não governamentais, o projeto incentivou o desenvolvimento de políticas públicas e ações que visavam contribuir com a garantia do acesso e da permanência de crianças e adolescentes na rede pública de ensino, tendo iniciado primeiramente nas cidades de Serra (ES) e Marabá (PA), expandindo-se, em 2021, para outros municípios no Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pará.

Sob essas condições, a iniciativa

destaca e enfatiza a importância da efetivação do Direito à Educação no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988, como um esforço conjunto do Estado e da sociedade.

- Em nível nacional, a pandemia da Covid-19 agravou
- o risco de exclusão escolar, afetando principalmente
- crianças e adolescentes que já enfrentavam dificuldades
- na Educação. Isso ampliou as já existentes desigualdades
- de acesso e permanência na escola, com mais de cinco milhões de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos não matriculados ou sem acesso à aprendizagem, sendo que
- mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos de idade, uma faixa etária com acesso à
- escola praticamente universal antes da pandemia.¹

¹ Dados do relatório Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, publicado em 2021 pelo Unicef a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019.

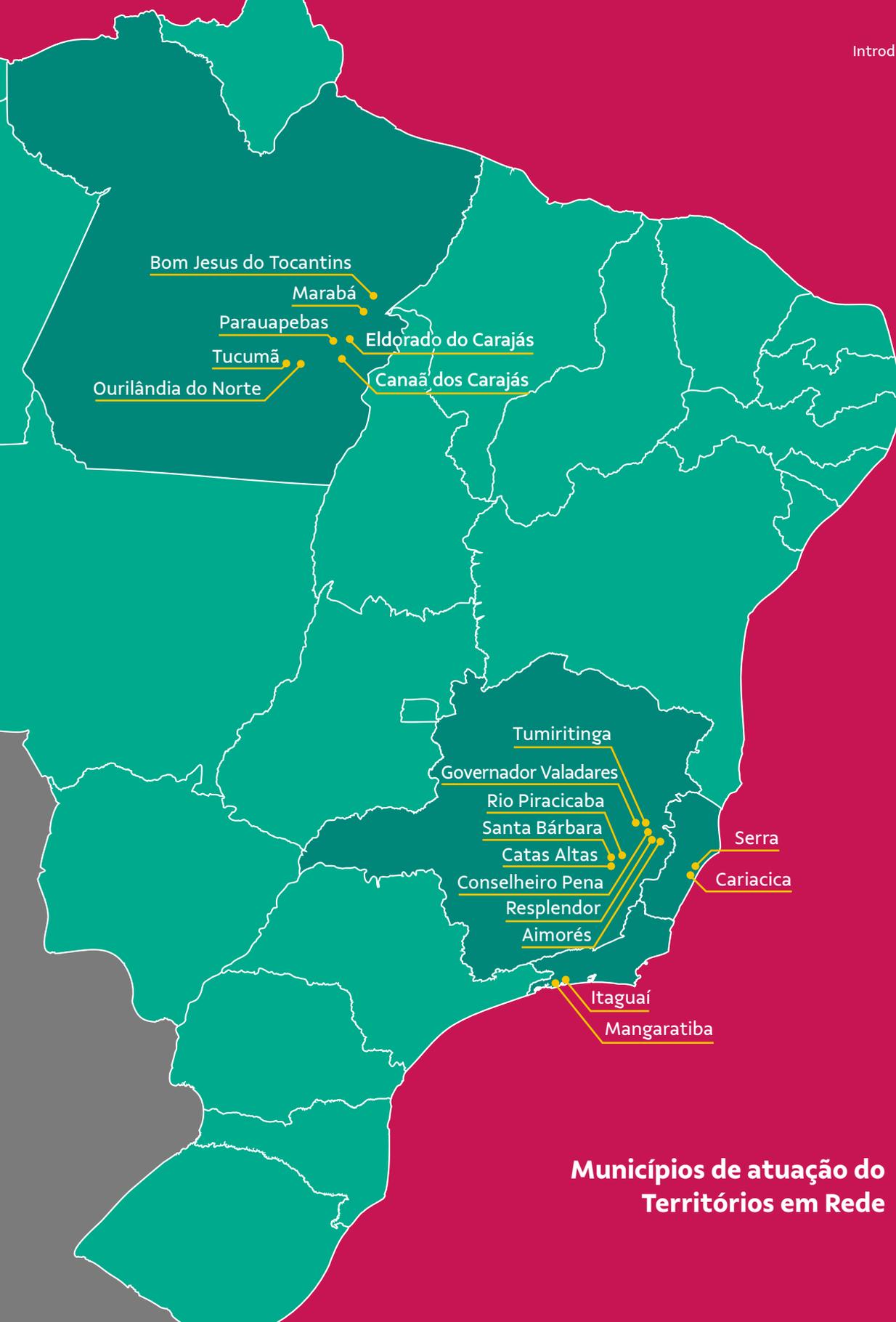
Inspirado por esta perspectiva ético-política e legal, garantir o acesso à Educação como um direito fundamental requer a implementação de ações estruturadas e direcionadas a interromper a perpetuação e a reprodução das desigualdades sociais, e diversas formas de violência que afetam, principalmente, a população pobre, negra e infantojuvenil de nosso país.

Desta forma, a garantia de uma Educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes está intimamente relacionada ao caráter inclusivo da escola e, conseqüentemente, à redução da pobreza e das iniquidades sociais. Desafio que se complexificou com as crises econômica, ambiental e sanitária que assolaram nosso país nos últimos anos, afetando, especialmente, as crianças e os territórios mais pobres, por estarem mais vulnerabilizados e desassistidos pelas políticas públicas e pelas redes de proteção social.

O Territórios em Rede começou suas atividades em julho de 2020 nos municípios de Serra (ES) e Marabá (PA), territórios que foram referência para a expansão da iniciativa a outros 17 municípios do país ao longo dos anos subsequentes. Entre 2021 e 2024, o projeto foi realizado em municípios que abrangem mais de 2 milhões de pessoas.

Durante quatro anos de atuação contínua, baseado em diferentes tipos de atividades – formações, apoio à gestão, levantamento de dados, etc. –, o TR conseguiu reintegrar um número expressivo de crianças e adolescentes no sistema educacional. O resultado demonstra o potencial da abordagem intersectorial e interdisciplinar, com foco na Busca Ativa escolar, como estratégia eficaz para assegurar a Educação e a proteção social, especialmente àqueles que se encontram sob violação de direitos.

Desde a sua concepção, o projeto enfatizou a importância da incidência política, visando à estruturação e articulação de políticas públicas sustentáveis voltadas para a prevenção da exclusão escolar. As experiências acumuladas reforçam a compreensão de que abordagens isoladas em políticas sociais podem resultar em ações fragmentadas que, frequentemente, não conseguem alcançar o impacto desejado na prevenção da exclusão escolar, especialmente



**Municípios de atuação do
Territórios em Rede**

considerando a complexidade dos fatores que afetam as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis da população.

Especialmente durante a pandemia da Covid-19, a Busca Ativa escolar mostrou-se uma estratégia essencial para apoiar e fortalecer o diálogo entre as unidades escolares, os demais agentes do Sistema de Garantia de Direitos e as famílias. Essa articulação permitiu que situações de insegurança alimentar, violência doméstica, dentre outras violações de direitos, fossem identificadas e encaminhadas pela rede de proteção local, destacando a escola pública brasileira não apenas um equipamento capaz de promover aprendizagens e o desenvolvimento das crianças e adolescentes, mas também uma estrutura fundamental para o acesso de crianças e adolescentes aos demais direitos sociais.

Como ponto de partida, o Territórios em Rede assumiu o conceito de exclusão escolar² ou desvinculação escolar como um fenômeno complexo e multidimensional que afeta crianças e adolescentes que:

- estão sem acesso à unidade escolar;
- possuem acesso à unidade escolar e estão matriculados, mas não frequentam regularmente as atividades escolares;
- não estão matriculados devido a múltiplos fatores psicossocioculturais;
- não estão matriculados devido às insuficiências das redes públicas de Educação;
- abandonaram ou evadiram o sistema educacional;
- foram afetados por situação de calamidade pública, desastres ambientais, epidemias e/ou crise sanitária com riscos à sua saúde e de seus familiares e não participam de nenhum programa educacional oficial estruturado.

² Julia Ventura, gestora estratégica do Territórios em Rede, em sua tese de doutorado (2021) demonstrou que fatores como discriminação racial e de gênero, pobreza urbana e rural, violência e baixa escolarização familiar são alguns dos desafios enfrentados para o acesso e a permanência na escola. Também estão entre os(as) mais excluídos(as) meninas e meninos com deficiência, migrantes, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que vivem em unidades de acolhimento institucional, sofrem algum tipo de exploração ou estão em conflito com a lei. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54745/54745.PDF>

Dessa forma, a exclusão escolar é entendida como um problema sistêmico, causado pelas profundas desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que nos caracterizam como sociedade. Por isso, os caminhos para sua superação demandam uma atuação permanente, mas também urgente e prioritária, até que seja definitivamente erradicada.

De olho na legislação

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), o Brasil estabeleceu metas ambiciosas e necessárias, e seguem distantes de serem alcançadas. Uma delas é a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para crianças de 6 a 14 anos, com a meta de que pelo menos 95% delas concluam esta etapa na idade recomendada. Além disso, o plano pretende universalizar a Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, expandir a oferta da modalidade em creches para atender, pelo menos, metade das crianças de até 3 anos no país, e aumentar a taxa de matrículas de adolescentes entre 15 e 17 anos no Ensino Médio para 85%.

Por isso, a Fundação Vale e a Cidade Escola Aprendiz compreendem o Territórios em Rede como iniciativa-chave para o enfrentamento da exclusão escolar no país. Respeitando as diversidades de cada território, a proposta oferece caminhos para o desenvolvimento territorial dos municípios em múltiplas frentes, reconhecendo as capacidades técnicas dos agentes e sua possibilidade de criar uma metodologia a partir de suas necessidades.

O município de Governador Valadares (MG)

Governador Valadares é um município localizado na região do Vale do Rio Doce,³ correspondente ao leste mineiro, no estado de Minas Gerais, na Região Sudeste do Brasil. Apesar de estender-se por 2.342 km², a área urbanizada é de, aproximadamente, 50 km².

A região do atual município mineiro é habitada por indígenas há pelo menos 10 mil anos, conforme registros históricos dos primeiros exploradores da região. A colonização dessa área iniciou-se no século XVI, por meio de expedições, como a de Sebastião Fernandes Tourinho, que seguiam o curso do Rio Doce à procura de pedras preciosas.⁴ O território se consolidou pela construção de moradias em torno de instalações militares, como o quartel de Baguari, visando garantir o fluxo no Rio Doce e combater os povos originários, como os Borun. Nos arredores daquele quartel surgiu o povoado da Figueira, posteriormente elevado à condição de distrito do município de Peçanha, ganhando o nome de Santo Antônio da Figueira.⁵

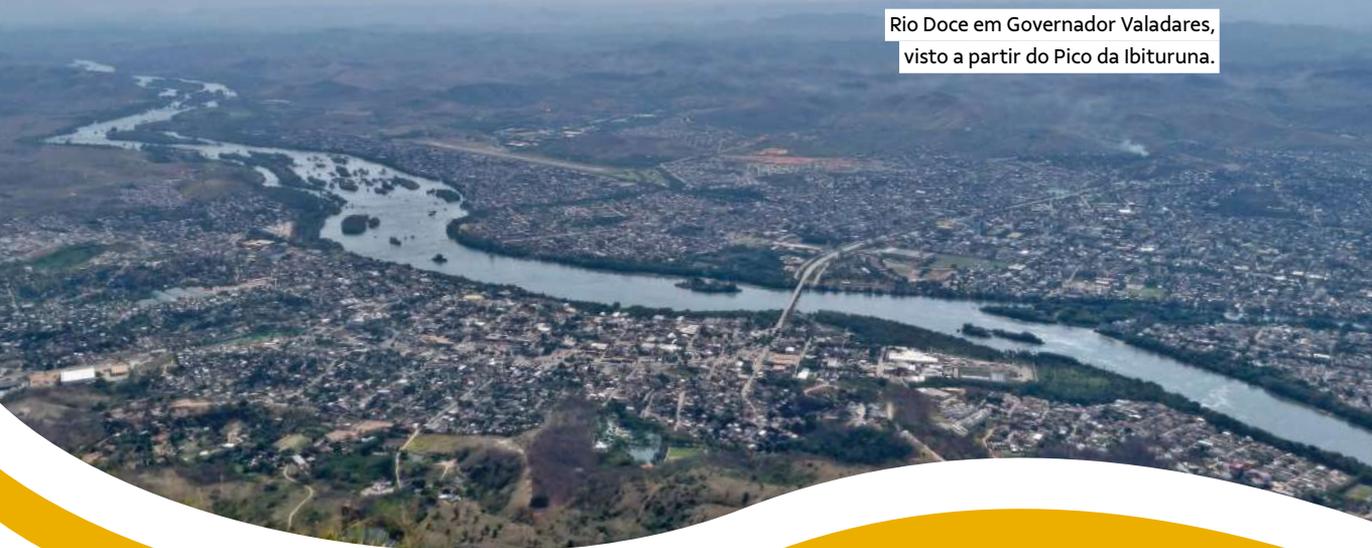
No começo do século XX, a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas favoreceu o desenvolvimento do então distrito. A consolidação da ferrovia incentivou as plantações de café e a extração da madeira, que passaram a ter uma alternativa de escoamento da produção em direção aos portos do Espírito Santo. Em 1923, Santo Antônio da Figueira retomou o nome de Figueira. Na década de 1930, os primeiros movimentos a favor da emancipação do distrito, tiveram início, o que veio a se consolidar em 1937. Já em 1938, o novo município foi denominado Governador Valadares, em homenagem ao então governador de Minas Gerais, Benedito Valadares.

Na década de 1940, a exploração mineral em terras valadarenses tornou-se mais intensa, com a extração de mica e pedras preciosas, que atraía consumidores e

³ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>

⁴ Fonte: <https://alinenetgv.wixsite.com/governador-valadares/historia>

⁵ Fonte: <https://drd.com.br/de-figueira-a-governador-valadares-um-pouco-da-nossa-historia/>



Fonte: HVL

investidores de várias partes do Brasil, impulsionando o crescimento populacional. A cana-de-açúcar e a pecuária também se mostravam atividades promissoras, tendo em vista as terras férteis. No entanto, o crescimento urbano se deu descontroladamente, levando à ocupação de áreas sujeitas a enchentes, nas margens do Rio Doce. Ainda na década de 1940, o município passou a ser cruzado pela BR-116 (Rodovia Rio-Bahia). Mais tarde, também pela BR-381.⁶

A Companhia Açucareira Rio Doce (CARDO) destacou-se como um dos principais investimentos industriais da cidade, começando a operar em 1948. Produzia açúcar e álcool a partir de vastas plantações de cana. Sua demanda fez com que a lavoura canavieira se expandisse demasiadamente na região, um dos motivos que levou ao esgotamento dos recursos naturais no município. Houve também o declínio da exploração madeireira, na década de 1960. A CARDO foi desativada nos anos 1970.

Como resultado da queda das atividades produtivas, ganhou impulso entre as décadas de 1970 e 1980 a emigração da população valadarenses para outras partes do país e, principalmente, para o exterior. As remessas realizadas por esses emigrantes representaram um retorno de capital que conseguiu

⁶ Fonte: <https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2023/01/30/um-passeio-pelos-85-anos-de-historia-de-governador-valadares.ghtml>

movimentar a economia local, beneficiando setores como a construção civil, o comércio e a prestação de serviços. No decorrer das décadas de 1980 e 1990, cerca de 27 mil pessoas deixaram Governador Valadares, tendo como destino outros países, sobretudo, os Estados Unidos da América.

Segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município tem 257.171 habitantes. A população é composta por 148.806 pessoas pardas (57,9%), 31.213 pretas (12,1%) e 241 indígenas (0,1%). Os brancos e amarelos somam, respectivamente, 76.563 (29,8%) e 344 (0,1%) pessoas.

Em 2022, havia 73.667 pessoas ocupadas em trabalho formal, o que representa quase 29% da população. Já o rendimento médio desses trabalhadores formalizados era de 1,9 salário mínimo (IBGE, 2022).⁷

No mês de fevereiro de 2024, o município de Governador Valadares teve 56.360 famílias cadastradas no Cadastro Único, sendo 17.037 (30%) em situação de pobreza. Essas famílias somavam 127.112 pessoas, com 41.021 (32%) em situação de pobreza. Para fins dos programas de transferência de renda do Governo Federal, conforme a Lei 14.601, de 19 de junho de 2023, a família em situação de pobreza é aquela cuja renda mensal *per capita* não ultrapassa R\$ 218,00.

A atualização do cadastro a cada dois anos é requisito para o recebimento do Bolsa Família, por exemplo. Em fevereiro de 2024, 65% das famílias estavam com o cadastro atualizado. Porém, entre aquelas com renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo, a atualização cadastral estava em 75%.

No mês de março de 2024, o município de Governador Valadares teve 17.519 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Essas famílias reuniam 46.587 pessoas e totalizaram uma transferência mensal de R\$ 11.576.286,00, resultando em um benefício médio de R\$ 663,82 por família.

⁷ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/governador-valadares/panorama>

Devido à pandemia da Covid-19 e a interrupção das atividades escolares, o acompanhamento das condicionalidades da Educação foi suspenso na implementação do Bolsa Família. Porém, desde junho de 2022, voltou a ser obrigatório.

Em novembro de 2023, 17.690 beneficiários de 4 a 17 anos de idade tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades da Educação no município de Governador Valadares. No período, foram acompanhados 71,2%, o que totaliza 12.587 beneficiários nessa faixa etária (a cobertura nacional de acompanhamento foi de 80%). Entre as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiários do Bolsa Família que tiveram o acompanhamento, 92,1% cumpriram a condicionalidade, que é de 60% de frequência escolar, para as crianças de 4 e 5 anos, e de 75%, para as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. As taxas de cumprimento da condicionalidade por faixa etária foram de 89,7%, na de 4 e 5 anos; 93,3%, na de 6 a 14 anos; e 89%, na de 15 a 17 anos.

- **Importante!**

- A situação de pobreza é
- caracterizada pela renda
- mensal de, no máximo,
- R\$ 218,00 por pessoa.
- Se a renda mensal não
- ultrapassar R\$ 109,00 por
- pessoa, a família é clas-
- sificada em situação de
- extrema pobreza.

- *Fonte: Ministério do*
- *Desenvolvimento Social – MDS,*
- *Governo Federal, 2024.*



A implementação do Territórios em Rede em Governador Valadares

Pressupostos éticos e conceituais

Direito à Educação

O projeto Territórios em Rede tem como principal pilar a defesa do Direito à Educação, que deve se concretizar a partir da corresponsabilização de diferentes setores da sociedade. Sob essa perspectiva, o projeto desenvolve ações formativas, criando estratégias em diálogo com múltiplas equipes e setores com os quais se relaciona.

Para assegurar o Direito à Educação a todas as crianças, o TR defende não apenas a centralidade da escola, mas sua articulação ao Sistema de Garantia de Direitos e aos demais equipamentos que atendem à infância, adolescência e suas famílias, nas mais diferentes configurações.

Na escola, o estudante deve estar no centro do processo educativo, considerando-se suas necessidades, interesses e contexto sociocultural. Isso significa reconhecer a singularidade de cada sujeito e território, promovendo estratégias pedagógicas adequadas a cada um e a cada uma.



“O Direito à Educação opera como um multiplicador. Ele potencializa todos os demais direitos humanos quando garantido e impede o gozo da maior parte deles quando negado.”

Katarina Tomasevski, 1ª relatora do Direito à Educação da Organização das Nações Unidas.

Território e Intersetorialidade

Ao mesmo tempo, o Territórios em Rede compreende o papel do território no desenvolvimento das políticas educacionais, particularmente para a efetiva inclusão das crianças e adolescentes que, por diferentes razões, estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. Nesse sentido, os seguintes pontos se destacam como pressupostos do projeto:



Contexto

O **território é contexto**. Como tal, ele expressa as identidades, a cultura, as condições de vida e a história das pessoas. Por isso, a construção de vínculos entre educadores e estudantes e a pertinência do projeto pedagógico (condições essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento) dependem do reconhecimento e da integração da questão territorial.

Participação

A **gestão democrática** só se realiza na integração com o território, já que a participação efetiva das famílias e da comunidade depende de as pessoas se sentirem reconhecidas, parte do projeto educativo e responsáveis por apoiar o acesso à Educação das crianças e adolescentes.

Conhecimento

O **território**, seja ele qual for, **é rico em interações significativas** em estado potencial. Pessoas, saberes, recursos diferenciados podem ser articulados ao itinerário formativo de estudantes, enriquecendo seu repertório, garantindo novas aprendizagens, ampliando seu olhar sobre o território e fortalecendo sua autonomia para estabelecer conexões possíveis que estão além das instituições.

Articulação intersetorial

Como apresentaremos em maior profundidade nas próximas seções, para que as crianças e adolescentes possam acessar a escola e aprender é necessário criar condições para a sua **educabilidade** (Tedesco;


 López, 2002).⁸ Ou seja, é fundamental que condições dignas de vida e seus direitos sejam observados. Para isso, é necessário contar com a interlocução permanente e com o trabalho integrado a equipamentos e agentes de todos os setores que tiverem contribuições relevantes a dar ao desenvolvimento integral das crianças e adolescentes (saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer, etc.).

Redes territoriais

Para tanto, é preciso reconhecer a importância das redes territoriais na promoção e garantia do Direito à Educação, e na salvaguarda dos demais direitos humanos.

Denominamos **redes territoriais** os coletivos, organizações que se formam no âmbito dos territórios e que envolvem diferentes atores sociais – ativismo comunitário, sociedade civil organizada, gestão pública, e outros – articulados em torno de temáticas e/ou objetivos comuns. Com estruturas flexíveis, as redes costumam reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa.

As redes de organizações territoriais podem ser constituídas de modo informal ou formal. Nas redes informais, observa-se a articulação de ações comunitárias e projetos locais, que podem estar conectados e em parceria com indivíduos e coletivos sociais envolvidos em causas e pautas comuns. Estas organizações comumente se reúnem para discutir propostas de desenvolvimento local e trocar informações sobre o território e os problemas da região.

- **Importante!**
- Como princípio orientador,
- a **rede de proteção social territorial** desenvolve
- estratégias de integração dos
- agentes locais, procurando
- superar a lógica dos encaminhamentos por uma abordagem integrada, que prioriza a
- criação de comitês multidisciplinares de referência para
- cada família atendida.

8 TEDESCO, J. C.; LÓPEZ, N. "Algunos dilemas de la educación secundaria en América Latina". *REICE – Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, vol. 2, n. 1, jan-jun, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120103>.

Como estrutura formalizada, por sua vez, podemos compreender a criação de **redes de proteção social** estabelecidas no conjunto de serviços e setores governamentais que atuam de modo integrado nos territórios, buscando alinhamentos comuns para prestar assistência às pessoas, em vez de apenas encaminhá-las de um serviço para outro. As redes formais são estabelecidas por meio da formalização de programas e políticas públicas intersetoriais no nível dos territórios. Tais redes possibilitam alinhar agendas e unificar cadastros e sistemas de informação em uma lógica de colaboração.

A **escola também compõe ou dialoga diretamente com as redes** – informais e formais – como parte integrante da dinâmica local do território onde se insere. Como um ator da comunidade atuante na melhoria das suas condições de vida e de desenvolvimento, a escola apoia o protagonismo de crianças e estudantes no processo de aprendizado, com foco na capacidade que têm de produzir conhecimento e atuar nas transformações de suas próprias vidas e comunidade.

Importância do Projeto Político Pedagógico (PPP)

A garantia do Direito à Educação pressupõe a articulação e colaboração entre escola e diferentes setores, organizações e sujeitos do território. O Projeto Político Pedagógico é uma estratégia para materializar e concretizar relações no ambiente escolar. Construído e monitorado colaborativamente, o PPP torna-se importante instrumento de democratização da gestão e do conhecimento.

A partir da articulação e mobilização de redes que envolvem diferentes agentes, programas, políticas públicas e iniciativas locais buscam-se condições contínuas para acesso à Educação e garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. Conectados por um objetivo comum, estes diferentes atores e instituições podem construir uma prática territorial interseccional com participação comunitária.





A atuação em rede, então, torna-se central para efetivação da política educacional, com a participação ativa de famílias e da comunidade local. Esta abordagem está fundamentada em uma visão de escola pública participativa e democrática, focada no desenvolvimento comunitário sustentável e na garantia do Direito à Educação de todas as crianças e adolescentes.

Passos estruturantes

O projeto Territórios em Rede ampliou suas atividades para Minas Gerais, em 2021, envolvendo, num primeiro momento, os municípios de Aimorés, Conselheiro Pena, Governador Valadares, Resplendor, e em 2022, chegou em Tumiritinga. Em Governador Valadares, a iniciativa foi implementada a partir de agosto de 2021.

Inicialmente, a Fundação Vale e a equipe gestora do projeto realizaram uma apresentação para as Prefeituras locais, com a presença das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Esses encontros foram estratégicos para iniciar as visitas às instituições públicas e tiveram como objetivo alinhar os procedimentos do projeto e começar o trabalho de campo.

Conhecendo o Território

Após as pactuações e alinhamentos iniciais com a gestão pública do município, a equipe gestora concentrou-se em estabelecer as bases para a implementação de sua metodologia e alcance de suas metas centrais:



Meta primária

Reinserir 2 mil crianças na escola, considerando a estimativa de haver, aproximadamente, 6.781 crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão no município de Governador Valadares. Tal meta representaria atingir cerca de 30% do público-alvo.

Meta secundária

Incidir sobre as políticas públicas de modo a fomentar a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, a partir de ações intersetoriais da gestão pública.

A meta primária foi calculada com base na relação entre as informações obtidas por meio do Diagnóstico Socioterritorial e a capacidade da equipe de campo disponível à época. Para apoiar a meta principal, foram estabelecidos um conjunto de indicadores de processo, que também serviam ao monitoramento das atividades planejadas e executadas. A segunda meta teve como objetivo apoiar o trabalho das Secretarias, a partir da estruturação de estratégias permanentes e intersetoriais.



“Não adianta a gente chegar num território ou num município e falar: ‘Eu vou atuar assim.’ A gente tem que entender aquela realidade, ouvir os atores, incorporar um pouco os sentimentos daquele local, para que a gente tenha alguma condição de colaborar.”

Pâmella De-Cnop, diretora executiva da Fundação Vale

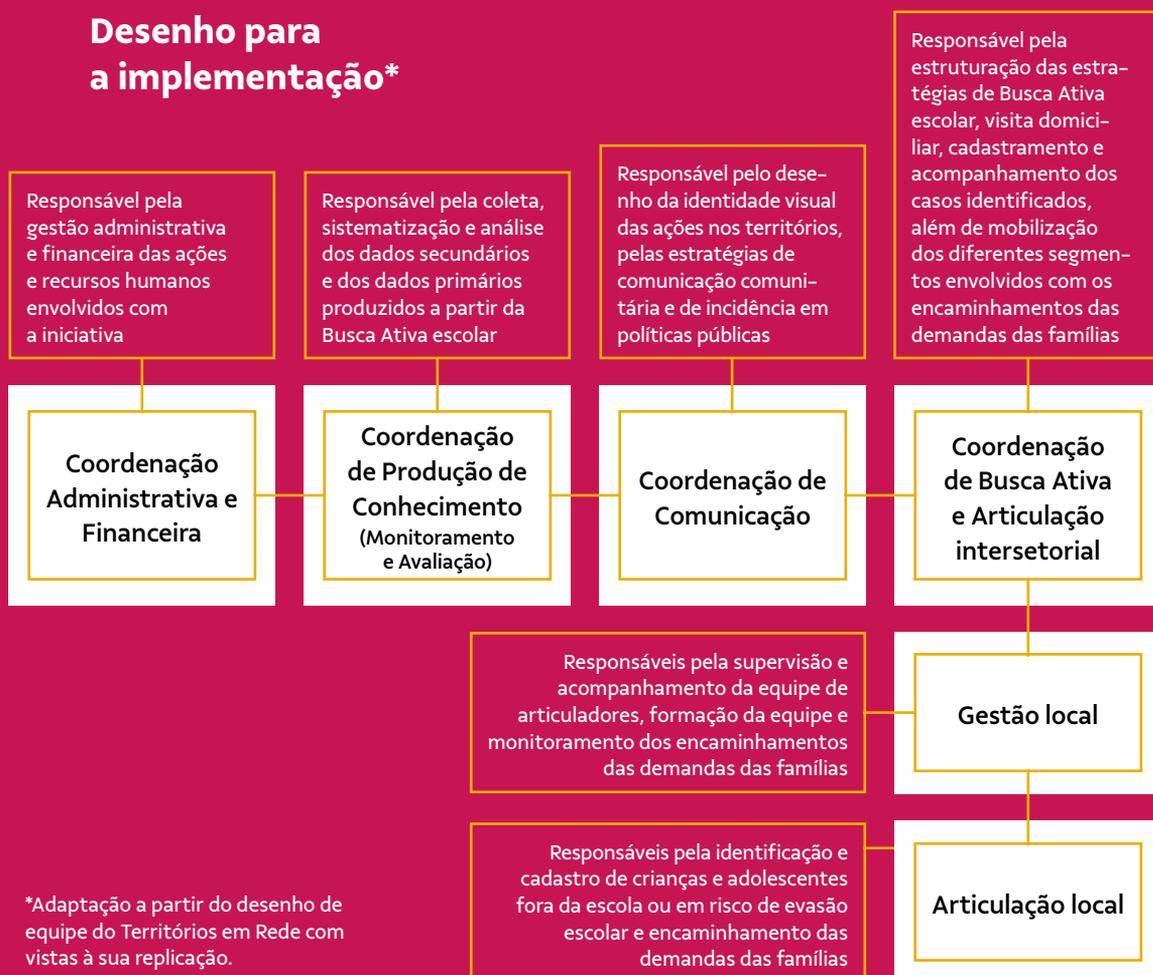
Para atingir os objetivos e metas previstos, o projeto deu início a um conjunto de ações estratégicas. Enquanto algumas aconteceram no início da implementação do projeto, outras foram realizadas continuamente ao longo de todo percurso do Territórios em Rede em Governador Valadares (MG):

- **Estruturação e Formação das equipes** de campo e planejamento;
- **Articulação Intersetorial com a criação de um Comitê Gestor Intersetorial** com foco na questão da exclusão escolar;
- **Diagnóstico Socioterritorial** para levantamento de dados e informações sobre o município;
- **Formação em Serviço:** capacitação de agentes públicos e da sociedade civil para a incorporação da metodologia, conferindo sustentabilidade às ações implementadas;
- **Comunicação Comunitária e Mobilização Social:** estratégias de comunicação a fim de sensibilizar e mobilizar o município para a agenda do enfrentamento da exclusão escolar;
- **Busca Ativa e Articulação no território:** trabalho de campo focado na identificação das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar

(visitas domiciliares e contato telefônico), bem como a mobilização de agentes, organizações sociais e equipamentos públicos em nível territorial;

- **Avaliação e Monitoramento:** cadastro de casos em sistema próprio, permitindo a construção de banco de dados com informações socioeconômicas de cada criança, adolescente e família atendidas;
- **Sistematização da Metodologia** construída em Governador Valadares, discutindo aprendizagens e legado sobre a incidência política do projeto no município.

Desenho para a implementação*



Uma vez que a iniciativa tinha como foco central garantir o acesso e a permanência na escola, mantendo o vínculo dos estudantes e famílias com as unidades escolares e assegurando sua proteção integral, articular a rede de proteção social existente no município era condição necessária para o retorno às aulas e prevenção do risco crescente de exclusão escolar.



Foto: Perikles Siqueira, 2022

A equipe para o trabalho de campo foi composta por uma gestora e oito articuladores locais que, além de residirem no município, detinham conhecimento do território e da oferta de serviços públicos pela rede intersetorial daquela localidade.

Formação inicial e contínua da equipe

Em meio a um cenário desafiador, o projeto em Governador Valadares avançou na sua estruturação, e promoveu um ciclo formativo para a equipe que seria responsável pela implementação da experiência nos territórios, assim como criou canais de comunicação visando a ações integradas entre as Secretarias de Educação, de Saúde e Assistência Social.

O processo formativo abordou princípios do Direito à Educação, formação de redes e ação intersetorial, além de discutir a importância de um olhar complexo e multidimensional sobre o território, sobre a metodologia da Busca Ativa escolar, e ações técnicas no uso de aplicativos e a inserção de dados para monitoramento e acompanhamento dos casos identificados.

A formação teve como foco o planejamento e a implementação das estratégias voltadas à consolidação da rede de proteção de crianças e adolescentes identificados pelo projeto, seguindo os pressupostos da legislação brasileira pertinente ao tema.

Foco na legislação!

Constituição Federal 1988

Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à Saúde, à alimentação, à Educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.⁹

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990

Reforça os direitos das crianças e adolescentes, garantindo proteção integral e priorizando o bem-estar deste público. A lei também estabelece diretrizes para a criação de políticas públicas voltadas para este segmento da população.¹⁰

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996

Apresenta as diretrizes e bases da Educação nacional, garantindo o Direito à Educação e estabelecendo normas para sua organização.¹¹

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos 2010

Orientam a formulação dos currículos para o Ensino Fundamental, garantindo a inclusão e a qualidade da Educação.¹²

⁹ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília/DF: Presidência da República, [1988/2023]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm.

¹⁰ BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF: Senado Federal, 1990. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598834/Eca_normas_correlatas.pdf.

¹¹ BRASIL. *Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: Diário Oficial da União. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9394.htm>.

¹² BRASIL. *Resolução CNE/CEB 7/2010*. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf



Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.

Equipe em campo

A equipe do Territórios em Rede de Governador Valadares entrou em campo no mês de novembro de 2021. Para melhor identificar os articuladores, a equipe atuava uniformizada e foi apresentada por um vídeo, divulgado para as famílias e instituições locais. Com isso, ampliou-se a confiança para sua entrada nas casas e nos territórios, de modo que as parcerias foram crescendo, sobretudo com as unidades de ensino.



↑ Apresentação equipe de Governador Valadares (MG) – YouTube

Articulação Intersetorial e Criação do Comitê Gestor Intersetorial

Considerando-se a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas em Governador Valadares parcerias com instituições e órgãos necessários para a implementação da proposta. Nesse período, a equipe promoveu visitas a entidades civis e órgãos governamentais do município, visando divulgar o projeto e fortalecer articulações e fluxos para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.



Foto: banco de imagens do projeto, 2023.

A formação do **Comitê Gestor Intersectorial** no município, peça-chave do projeto, tem como finalidade estabelecer-se como um fórum de articulação de políticas e análise de casos de exclusão escolar. Seu principal objetivo é aumentar a integração das ações governamentais em todos os níveis, com a participação ativa de gestores, visando à ativação das redes de proteção social e ao acesso aos direitos da cidadania.



De caráter multidisciplinar, o Comitê tornou-se essencial para integrar os serviços de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, nos territórios. Os componentes e as diretrizes eram definidas pelas equipes técnicas das Secretarias e então apresentadas e seguidas pela equipe de campo, que trabalhava em diálogo direto com os agentes locais das diferentes pastas, para fortalecer a rede de proteção a crianças e adolescentes em risco de evasão escolar.

O trabalho de fomento à intersectorialidade realizado no âmbito do **Comitê Gestor Intersetorial** – CGI possui os seguintes objetivos gerais:



Objetivos gerais do CGI

- Incentivar e fortalecer a cultura de organização intersectorial das políticas públicas;
- Instaurar um fórum de gestão compartilhado de acompanhamento da implementação do projeto com o Poder Público;
- Contribuir com a promoção de agendas reflexivas e com a proposição de ações práticas, com foco na proteção integral de crianças e adolescentes, por meio da prevenção e do enfrentamento da exclusão escolar;
- Desenvolver um processo de construção de autonomia na gestão intersectorial do Comitê para a sustentabilidade de suas ações;
- Apoiar a constituição e a implementação de uma política pública municipal intersectorial de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar nos municípios;
- Promover um percurso formativo em torno da metodologia do projeto Territórios em Rede, com os representantes das políticas públicas.

De modo a fortalecer a comunicação entre os diferentes agentes envolvidos no Comitê, foram realizadas reuniões de trabalho nas quais a equipe local apresentou suas principais ações em Governador Valadares. Nesses encontros, casos críticos de crianças fora da escola ou em risco de evasão foram debatidos, e diferentes estratégias desenhadas, a fim de responder, de forma efetiva, às questões identificadas.

Diagnóstico socioterritorial

Para garantir o alinhamento da metodologia do Territórios em Rede à realidade local, o projeto buscou informações em bases de dados secundárias que pudessem fornecer subsídios ao Diagnóstico Socioterritorial do município e auxiliar na caracterização do perfil das famílias mais vulneráveis aos processos de exclusão escolar. Esse diagnóstico formou um painel de indicadores de vulnerabilidade social, focado na elaboração de um panorama sobre a situação da exclusão escolar no município. Além de oferecer uma base para a compreensão do desenvolvimento humano no território, possibilitou o cruzamento de dados e uma visão integrada dos desafios da Educação no município.

O diagnóstico ofereceu subsídios para as políticas sociais de Governador Valadares, tanto em sua elaboração inicial, quanto ao ter sido atualizado ao longo do projeto. Esse estudo se tornou uma importante ferramenta de análise das demandas sociais pelo Direito à Educação, por transformar os cadastros individuais e as listas de nomes em informações concretas e vivas, mostrando a conexão de crianças e adolescentes com seus territórios, grupos populacionais e com marcadores de classe, raça e gênero.

- **Desafios em**
- **Governador Valadares**
- A partir da leitura dos principais desafios, o Comitê estabeleceu o fluxo de informações e indicadores para monitorar o número de crianças em idade escolar. Esses dados, alimentados no sistema georreferenciado do Territórios em Rede, não apenas mapearam a realidade da exclusão escolar em Governador Valadares, mas auxiliaram no acompanhamento e avaliação das ações implementadas.

De acordo com os dados do Censo do IBGE, a população de Governador Valadares diminuiu 2,5% entre 2010 e 2022. No entanto, a população de 4 a 17 anos retraiu 28,2% no mesmo período. Provavelmente, isso se deve à redução da fecundidade, que ainda se mostra em curso no município.

População de 4 a 17 anos por faixa etária escolar em 2010 e 2022 – Governador Valadares (MG)

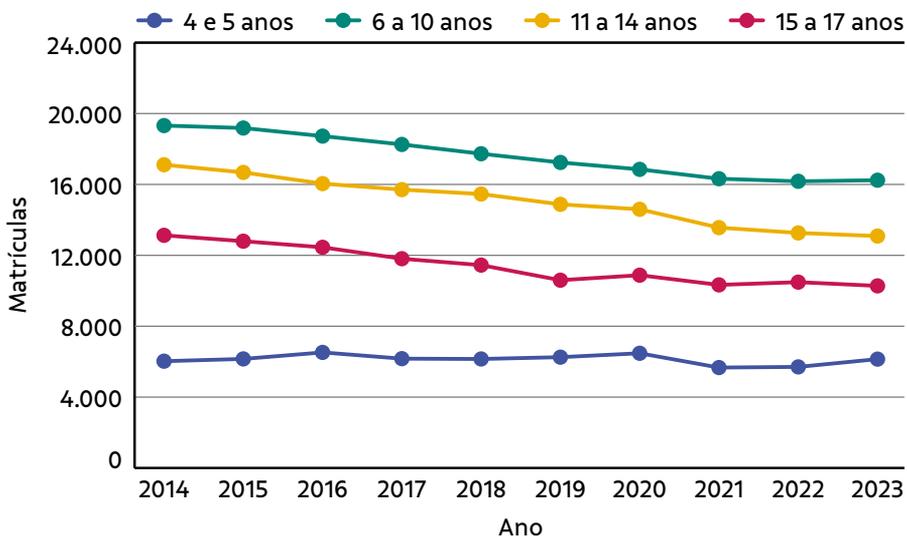
Idade	Ano	
	2010	2022
4 e 5 anos	7.742	6.038
6 a 10 anos	20.962	15.388
11 a 14 anos	18.797	12.494
15 a 17 anos	14.212	10.390
Total	61.713	44.310

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e 2022.

O número de matrículas recuou 21,3%, entre 2010 e 2022, o que é, relativamente, menos do que a retração da população infantojuvenil. Este é um indicativo de que a cobertura do atendimento escolar pode ter avançado no período. Na data de referência do Censo Escolar de 2023 (31 de maio), havia 54.678 matrículas na Educação Básica, sendo 45.745 de crianças e adolescentes com idade entre 4 e 17 anos.

O gráfico a seguir mostra o número de matrículas segundo a faixa etária do estudante, a despeito da etapa que frequentava, entre os anos de 2014 e 2023.

Número de matrículas, por faixa etária, de 2014 a 2023 – Governador Valadares (MG)



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
4 e 5 anos	6.027	6.155	6.522	6.170	6.152	6.254	6.474	5.668	5.705	6.144
6 a 10 anos	19.321	19.182	18.726	18.256	17.732	17.239	16.850	16.322	16.176	16.238
11 a 14 anos	17.111	16.677	16.045	15.707	15.458	14.876	14.597	13.563	13.264	13.087
15 a 17 anos	13.129	12.797	12.453	11.809	11.448	10.597	10.879	10.332	10.487	10.276

Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica, 2014 a 2023

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2023, a rede municipal de ensino de Governador Valadares foi responsável por 31,1% das matrículas na Educação Básica e a rede estadual, por 45,8%. As unidades de ensino privadas somaram 22,4% das matrículas. A rede pública federal está presente no município e participou, em 2023, com 0,7% das matrículas. Na Educação Infantil, a rede municipal foi responsável por 58% das matrículas na creche e 78,8% na pré-escola, com o restante sendo da rede privada. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental,

a rede municipal foi responsável por 37,4% das matrículas e a rede estadual, por 40,9%. Nos anos finais do Ensino Fundamental, a rede estadual contemplou 66,8% das matrículas e a rede municipal, 15,9%, com a participação de 17,3% da rede privada. No Ensino Médio, a rede estadual reuniu 83,8% das matrículas; a rede privada, 12,6%; e a rede federal, 3,6%.

A distribuição das matrículas na Educação Básica por gênero no município mineiro reflete um quadro comum no Brasil: os meninos predominam numericamente, correspondendo a 50,4% dos estudantes, mas, à medida que se avança nas etapas escolares, as meninas passam a ser maioria. Isso porque, no Brasil, em geral, a evasão escolar durante a Educação Básica impacta mais os meninos, fazendo com que as meninas sejam maioria no Ensino Médio. Em Governador Valadares, as meninas já predominam nos anos finais do Ensino Fundamental, com 50,4% das matrículas, e ampliam no Ensino Médio, com 51,2%.

A declaração por cor ou raça dos estudantes de Governador Valadares no Censo Escolar de 2023 alcançou 81,3% das matrículas. Neste contingente, de 44.478 matrículas, os estudantes declarados pardos eram 66,5%, os brancos, 27,4%, e os pretos, 5,7%. Os demais, foram declarados como amarelos (0,4%) ou indígenas (0,1%).

Matrículas na Educação Básica com declaração de Cor ou Raça em 2023 – Governador Valadares (MG)

Cor ou Raça	Matrículas	%
Parda	29.557	66,5%
Branca	12.178	27,4%
Preta	2.546	5,7%
Amarela	156	0,4%
Indígena	41	0,1%

Nota: Foram consideradas somente as matrículas com a informação de cor ou raça, referente a 81,3% do total (10.200 matrículas não tiveram a informação).

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

Ainda segundo dados do Censo Escolar (2023), 95,8% das matrículas da creche são atendidas em tempo integral (mínimo de 7 horas por dia) e, na pré-escola, 79,6%. Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, predominam as matrículas em tempo parcial (menos de 7 horas por dia), com 57,6% e 94%, respectivamente. No Ensino Médio, atendido pela rede estadual, o horário parcial é oferecido em 82,3% das matrículas.

Percentual de Matrículas na Educação Básica com jornada em Tempo Integral em 2023 – Governador Valadares (MG)

Etapa	%
Creche	95,8%
Pré-escola	79,6%
Anos Iniciais	42,4%
Anos Finais	6,0%
Ensino Médio	17,7%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.



A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) é o indicador que expressa o percentual de estudantes com idade que estão dois ou mais anos acima da recomendada para a série escolar em que estejam matriculados.

Em Governador Valadares, no ano de 2023, a TDI dos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 4,3%, a dos anos finais, de 12,3%, e a do Ensino Médio, de 17,5%. A TDI dos anos iniciais oscila um pouco, mas não apresenta trajetória de queda desde 2020. Já nos anos finais, reduziu pouco em relação a 2022, mas é a menor TDI registrada nesta etapa em Governador Valadares. No Ensino Médio, o mesmo ocorreu: reduziu pouco em relação a 2022 e é a menor TDI registrada na série histórica desta etapa da Educação Básica.

Taxa de Distorção Idade-Série em 2023 – Governador Valadares MG)

Etapa	TDI
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,3%
Anos finais do Ensino Fundamental	12,3%
Ensino Médio	17,5%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

A taxa de aprovação nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 99,3% no ano de 2022. Este é o maior percentual observado no município. Nos anos finais, a taxa de aprovação de 2022 foi de 92,1%, recuando em relação aos dois anos anteriores, mas superando o resultado observado em 2019, antes da pandemia da Covid-19.

No Ensino Médio, a taxa de aprovação foi de 83,4% em 2022, também menor que os resultados de 2020 e 2021, anos da pandemia, mas um pouco superior ao do ano de 2019. Com exceção de 2020 e 2021, a taxa de aprovação de 2022 é a maior observada em todas as edições do Censo Escolar.

▲ **A taxa de abandono escolar expressa, dentre os estudantes que estavam matriculados no final do mês de maio, aqueles que não terminaram o ano letivo vinculados a uma escola.**

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a taxa de abandono foi de 0,6% e, desde 2009, vem oscilando em percentuais que variam entre 0,4% e 0,8%, com exceção dos dois anos da pandemia, 2020 e 2021, quando a taxa de abandono foi de 2,1% e 1,2%. Nos anos finais, a taxa de abandono chegou ao seu menor nível em 2019, com 1,8%, mas subiu para 4,2% e 2,3%, respectivamente, nos anos da pandemia. Em 2022, foi de 2,4%, um décimo acima da taxa de 2021. No Ensino Médio, havia chegado ao seu menor nível em 2019, com 4,7%, mas nos anos da pandemia oscilou a 7,4% e, depois, caiu a 3,8%. Em 2022, voltou a subir bruscamente e ficou em 8,2%.

- **Ponto de atenção!**
- Para o sistema educacional, há uma diferença entre as definições de abandono e evasão escolar. Abandono é o ato de parar de frequentar a escola antes de terminar o ano letivo. Já a evasão refere-se ao estudante que abandonou a escola, ou até mesmo chegou ao final do ano letivo, mas não retornou no ano seguinte para o sistema escolar.

Taxa de Aprovação em 2022 – Governador Valadares (MG)

Etapa	Taxa de aprovação
Anos iniciais do Ensino Fundamental	99,3%
Anos finais do Ensino Fundamental	92,1%
Ensino Médio	83,4%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

Taxa de Abandono em 2022 – Governador Valadares (MG)

Etapa	Taxa de abandono
Anos iniciais do Ensino Fundamental	0,6%
Anos finais do Ensino Fundamental	2,4%
Ensino Médio	8,2%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

O IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas de Governador Valadares (5,8) está apenas um décimo abaixo do IDEB mineiro e, de 2019 para 2021, registrou queda. Nos anos finais do Fundamental, o IDEB das escolas públicas (5,1) subiu nas últimas duas edições e, em 2021, se mostra no mesmo patamar do estadual. No Ensino Médio, o IDEB das escolas públicas em 2021 (4,2) supera o estadual, mas manteve-se igual ao de 2019. Seja no Ensino Fundamental ou no Médio, o IDEB das escolas públicas de Governador Valadares é superior ao nacional.

Dados da rede pública de ensino em Governador Valadares

IDEB da rede pública em 2021

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental
5,8	5,1

Matrículas em 2023

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
16.125 matrículas	13.860 matrículas	9.456 matrículas

Docentes em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
2.009 docentes	940 docentes

Número de estabelecimentos de ensino em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
110 escolas	45 escolas

Busca Ativa

O trabalho de Busca Ativa escolar proposto pelo Territórios em Rede se organiza também no “bater de porta em porta”, caminhando pelas ruas e, como o próprio nome indica, buscando ativamente, investigando o território, falando com moradores e trabalhadores e acionando as instituições por caminhos complementares. Portanto, a Busca Ativa escolar implica, em alguma medida, um conjunto de estratégias e ações de comunicação e articulação comunitária.

Além do trabalho inicial com as listagens oficiais da Secretaria de Educação, a Busca Ativa escolar teve início em Governador Valadares a partir da articulação de diferentes fontes de informação que identificassem possíveis casos de desvinculação escolar que se tornassem casos de infrequência ou evasão. Para tanto, foi produzido um mapeamento de instituições dos territórios para serem mobilizadas, e ações de mobilização e comunicação se espalharam pelos bairros do município.



Equipe de Governador Valadares em campo

Foto: Perikles Siqueira, 2022.

Mapeamento de Instituições e Demandas

- Mapeamento de instituições e serviços disponíveis realizados pelos articuladores;
- Apresentação dos objetivos, metas e estrutura do Territórios em Rede a cada instituição visitada;
- Contato com as escolas do território para identificar crianças em situação de infrequência e/ou exclusão escolar.

Com o aval das lideranças das pastas da Educação, Saúde e Assistência Social do município, a equipe de campo iniciou o diálogo e o acompanhamento com as equipes que realizam o trabalho cotidiano, na ponta. Na Educação, por exemplo, a fim de estreitar a relação e a colaboração entre os agentes, os articuladores visitaram as escolas, apresentando o projeto às equipes de gestão e pedagógicas, levantando as demandas específicas em cada instituição.



Foto: Perikles Siqueira, 2022.

Busca Ativa nas ruas

- Busca por crianças e adolescentes fora da escola de porta em porta, a partir da demanda espontânea. Muitas vezes, é um vizinho ou alguém que sabe onde há crianças que não estão indo para a escola;
- Visitas aos CRAS, unidades de saúde, igrejas, associações e comércios;
- Conversas com agentes locais sobre crianças e famílias não localizadas no território;
- Distribuição de cartazes com informativos e divulgação de imagens sobre o projeto. A identificação visual do uniforme utilizado pelos articuladores fez muita diferença na recepção e acionamento dos agentes nos territórios.



Procedimento ao encontrar uma criança ou um adolescente Fora da Escola

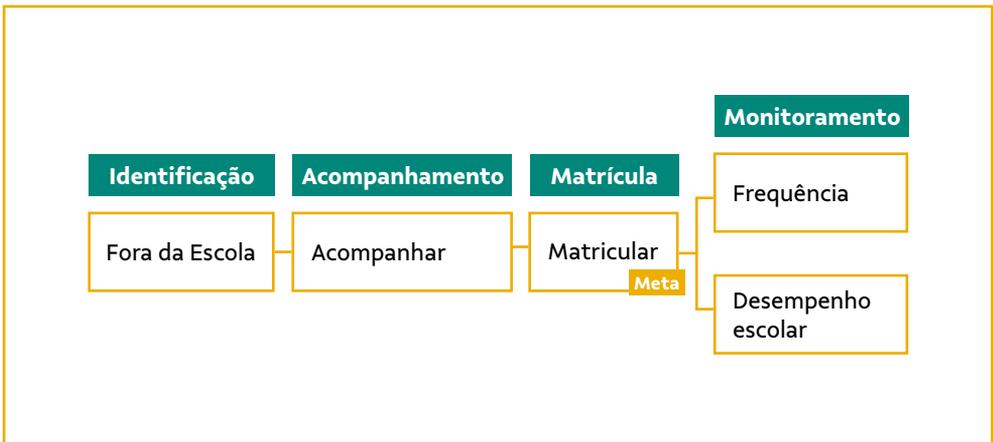
1. Articulador se aproxima da família para entender a situação por meio de uma visita domiciliar.
2. Articulador realiza uma entrevista para coleta de informações de cadastro e para o entendimento sobre o caso.
3. Cadastramento da família no sistema de monitoramento do projeto. Dados são registrados por meio de um aplicativo e alimentam o banco de dados do projeto.
4. Se a criança ou o adolescente estava fora da escola, orientava-se imediatamente a família sobre os procedimentos de matrícula, em qualquer período do ano.
5. Se a criança ou o adolescente estava matriculado, mas infrequente, fazia-se o cadastro para acompanhamento familiar, tendo em vista prevenir o abandono.

Fluxo de ações

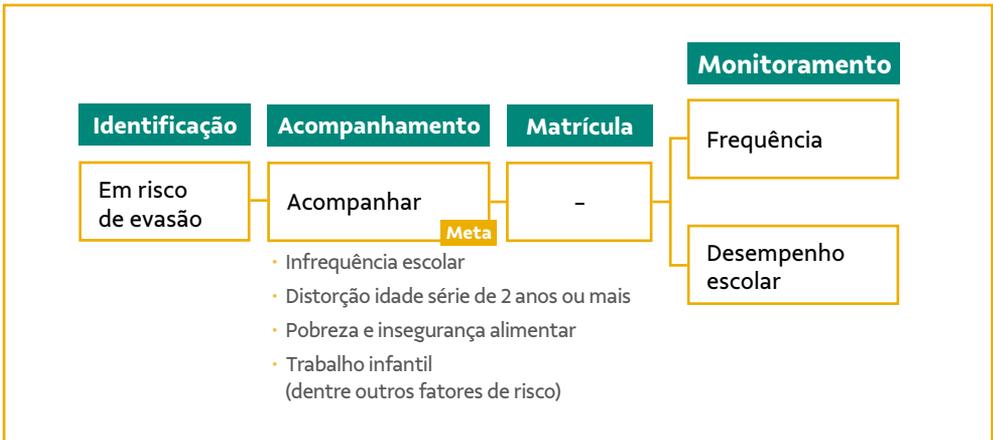
Fora da Escola (sem matrícula)	Risco de Evasão (infrequente)
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar motivo pelo qual a criança ou o adolescente está fora da escola; • assegurar a matrícula escolar em qualquer tempo; • uma vez matriculado, monitorar a frequência e o desempenho escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar motivo da infrequência (falecimento, mudança de cidade, mudança para outra rede de ensino); • monitorar a frequência escolar e o desempenho regularmente; • avaliar outras variáveis de risco: distorção idade-série maior que 2 anos, situações de violências;

- verificar outras demandas sociais da criança / adolescente ou no núcleo familiar (ex: insegurança alimentar, atendimento de saúde, acompanhamento socioassistencial, geração de renda, entre outras);
- realizar acompanhamentos periódicos (contatos remotos e visitas domiciliares).

Fluxo de ações



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.



Foto: Perikles Siqueira, 2022.

Uma vez que o articulador localizava uma criança ou um adolescente fora da escola, era realizada uma visita domiciliar para entender, com os responsáveis pela criança ou adolescente, os motivos pelos quais ela estava infrequente ou havia abandonado, evadido ou nunca havia estado na escola.

O trabalho de (re)inserção da criança ou adolescente na escola, envolvia:

1. a articulação com as escolas, responsáveis por disponibilizar a vaga e efetivar a matrícula; a articulação com órgãos da Saúde, Assistência Social, Sistema de Garantia de Direitos, Direitos Humanos, entre outros, a depender do motivo que mantinha a criança afastada; e
2. a articulação com parceiros para resolver documentação pendente, sanar problemas de vulnerabilidade social, como saúde, moradia ou ausência de responsável, transferir a criança de escola por motivos de conflitos no território que afetavam o deslocamento da criança até a escola, entre outros.



“Fui na escola com todos os documentos e consegui a matrícula! Ele começou a estudar. Este trabalho que vocês fazem é muito lindo, de colocar crianças na escola para saírem dos caminhos difíceis de hoje. Muito obrigada ao projeto.”

Avó de uma criança de 7 anos, identificada e inserida na escola pelo o projeto no bairro Cidade Jardim, em Governador Valadares

Desafios encontrados para realização da Busca Ativa escolar

Os depoimentos fornecidos pela equipe de campo do Territórios em Rede de Governador Valadares revelam alguns dos desafios enfrentados durante o período pós-pandêmico, especialmente aqueles ligados à saúde mental e às demandas de adaptação à vida escolar presencial, sobretudo entre os adolescentes. Entre os aspectos mais relevantes, destacam-se:

Intersetorialidade e integração das políticas públicas

Verificou-se a ausência de uma cultura institucional de trabalho intersetorial, além do desconhecimento dos gestores públicos sobre as ações em curso nos diferentes setores da gestão municipal e, ainda, a falta de dados gerais sobre o município, que dificultavam a implementação de ações promotoras do Direito à Educação básica de qualidade para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Alto nível de vulnerabilidade social das famílias identificadas

Essa condição exigia que as equipes de campo atendessem a várias demandas além do acesso à escola, como proporcionar meios para seu acesso à alimentação, serviços de Assistência Social e Saúde, exigindo, das equipes, habilidades específicas para articulação, acolhimento e identificação dos principais fatores que interferem no acesso e permanência na escola.

Dificuldade de locomoção entre os distritos do interior e as escolas centralizadas em Governador Valadares

Uma grande dificuldade identificada foi o acesso à escola para crianças e adolescentes residentes nos distritos mais afastados, devido à distância, má qualidade das estradas e condições climáticas desfavoráveis.

Trabalho infantil

Nos distritos do interior, crianças e adolescentes eram infrequentes ou evadidos do sistema educacional devido à necessidade de trabalhar para sustentar a família.

Pandemia e impactos no processo de escolarização

Os impactos da pandemia na Educação de crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza são complexos e profundos. Sua total extensão ainda requer avaliação detalhada. Durante o período de transição para o retorno às aulas presenciais, várias questões emergiram, particularmente entre famílias vulneráveis. Na região de Minas Gerais, onde o projeto Territórios em Rede atuou, essas problemáticas se intensificaram.

Primeiramente, a pandemia acentuou as desigualdades sociais existentes, especialmente no aspecto econômico. Famílias com vários filhos em diferentes séries escolares enfrentaram enormes desafios no ensino remoto, muitas vezes contando apenas com um celular no domicílio e com acesso limitado ou inexistente à internet. Essa situação reduziu, drasticamente, as condições mínimas necessárias para uma Educação adequada, resultando na interrupção significativa na rotina educacional, mesmo com a distribuição de *kits* educacionais nas residências dos estudantes ou na própria escola.

Como consequência direta, no período pós-pandemia, muitas crianças encontraram dificuldades no processo de escolarização, em especial, na alfabetização. Aquelas que já enfrentavam desafios educacionais viram essas dificuldades se intensificarem, resultando em uma defasagem ainda maior entre idade e série escolar. Observaram-se ainda muitos casos de pré-adolescentes de 10 ou 11 anos enfrentando barreiras adicionais por frequentarem classes com crianças mais novas.

A interrupção da escolarização durante o ensino remoto, agravada pela falta de infraestrutura adequada para estudar em casa, levou muitos adolescentes a trabalhar nas ruas a fim de ajudar no sustento da família. Nesse contexto, alguns adolescentes foram forçados a entrar no mercado de trabalho, muitas vezes em condições de exploração ou em empregos informais, para contribuir com a renda familiar. Isso não apenas exacerbou a distorção idade-série, mas criou uma resistência ao retorno à escola, dada à necessidade de continuar contribuindo significativamente com a renda familiar. Há relatos de casos de adolescentes, inseridos no mercado de trabalho informal, como na lavoura, que não se sentem estimulados a retornar à escola, devido à disparidade entre a idade e a série em que se encontram.

O envolvimento precoce no mercado de trabalho vem resultando no afastamento dos processos educacionais, agravando os desafios existentes e criando novas barreiras para a continuidade da Educação formal.

Mobilização Social e Comunicação Comunitária

Durante a implementação do projeto, intensificou-se a procura por crianças e adolescentes que se enquadravam no perfil determinado. O objetivo, entretanto, não era apenas encontrar esse público específico, mas também sensibilizar as comunidades e as diversas regiões de Governador Valadares sobre a essencialidade do Direito à Educação. Para alcançá-lo, diversas estratégias de comunicação e mobilização social foram empregadas.



Foto: Perikles Siqueira, 2022.

A comunicação buscou sensibilizar a sociedade sobre os compromissos e objetivos do projeto Territórios em Rede, além de promover uma ampla divulgação para incentivar a procura espontânea pelo projeto. As estratégias adotadas foram variadas, incluindo ações de mobilização comunitária, como o uso de carros de som que emitiam mensagens-chave, atingindo até mesmo a população analfabeta. Paralelamente, cartazes, faixas e panfletos foram estrategicamente distribuídos em locais de grande movimento: escolas, associações de moradores, postos de saúde e praças.

No meio digital, conteúdos específicos foram produzidos para as mídias e redes sociais, incluindo o *site* institucional. Materiais de divulgação como áudios, *gifs* e *flyers* circularam pelo *WhatsApp*. Na fase de consolidação das ações do Territórios em Rede em Governador Valadares, as ações de comunicação se concentraram na ampliação de sua visibilidade pelos meios de comunicação comunitários e na mídia local, produzindo mini documentários para fortalecer esta agenda em âmbito local e municipal.



↗ Articulação com parceiros do Territórios em Rede em MG – YouTube

Ações de Comunicação e Mobilização Comunitária

- Articuladores divididos em diferentes áreas do município de Governador Valadares para promover o projeto;
- Distribuição de folhetos e fixação de faixas, *banners* e cartazes com informações de contato em locais estratégicos: escolas, pontos de ônibus, postos de saúde, associações de moradores, igrejas e estabelecimentos comunitários;
- Utilização de carros de som para difundir mensagens sobre o projeto nas ruas, centros de atendimento, postos de saúde e comércios;
- Divulgação do projeto por meio de listas de transmissão no *WhatsApp*, redes sociais, parcerias com instituições locais, jornais e rádios comunitárias;
- Veiculação de notícias sobre o projeto na imprensa municipal.

O projeto teve uma expressiva divulgação, com o objetivo de alcançar as famílias e proporcionar seu atendimento, além de avisos importantes relacionados aos serviços públicos locais, disponíveis para a população.

A impressão dos materiais de divulgação do projeto contabilizou **26.132 peças**, entre *flyers*, *folders*, cartazes e faixas de rua que foram distribuídas nos comércios, nas unidades de saúde, CRAS e CREAs, Conselhos Tutelares, escolas e demais organizações da rede de proteção integral à criança e ao adolescente.

Estima-se que essas peças de comunicação alcançaram **2.160.000** visualizações em todo o período de trabalho em campo.

A comunicação em números



602
cartazes e banners



25.500
flyers e folders



30
faixas de rua



78 horas
de carro de som

Territórios em Rede

Você conhece crianças ou adolescentes de **Governador Valadares** que não estão estudando?

Envie uma mensagem que o projeto Territórios em Rede pode te ajudar!

WhatsApp:
(33) 99867-7835

Siga nosso projeto nas redes sociais:

[f @gtpnterritoriosemrede](#)
[@gtpnterritoriosemrede](#)
www.territoriosemrede.org.br

patrocínio:

Territórios em Rede

Você conhece crianças e adolescentes de **4 a 17 anos de Governador Valadares** que não estão estudando?

Então envie uma mensagem que o projeto Territórios em Rede pode te ajudar!

WhatsApp: (33) 99867-7835

Siga nosso projeto nas redes sociais:

[f gtpnterritoriosemrede](#)
[@territoriosemrede](#)
www.territoriosemrede.org.br

patrocínio:

A divulgação pelos carros de som totalizou 78 horas, com cerca de 1.950 km percorridos.

A divulgação do projeto aumentou sua visibilidade e estimulou a participação comunitária, com moradores indicando novas famílias. Essa estratégia confirmou a importância dos folhetos com números de telefone, que se mostraram ferramentas indispensáveis para conectar as famílias com a equipe do projeto, principalmente em casos de crianças fora da escola.



Boletins

- Foram produzidos **36 boletins institucionais**



Google Trends

- 4.771 pesquisas** do termo Territórios em Rede, no Brasil



Whatsapp

- Foram enviadas **39 mensagens** para as famílias de Governador Valadares
- A lista de transmissão chegou aos **1.009 contatos**



Youtube

O canal do Youtube teve:

- 8.772** visualizações
- 93.714** impressões



Facebook

- 354** publicações
- 5.338** stories
- 187.458** pessoas alcançadas



Site

Dados do Google Analytics:

- 6,8 mil** usuários
- 6,7 mil** novos usuários
- 66.780** eventos



Instagram

- 351** publicações
- 5.338** stories
- 176.597** pessoas alcançadas



Divulgação na Estação de Trem da EFVM



Entrevista da gestora local para a InterTV dos Vales

Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.

Comunicação em ação

Em Governador Valadares, a gestora de comunicação, Daniele Moura, divulgou o projeto na Rádio Comunitária Nova Niterói e Mundo Melhor, e na TV Kefas, onde foi entrevistada.

A comunicação da Vale em Minas Gerais, numa parceria fundamental para o projeto, promoveu a divulgação nas TVs dos trens da EFVM. Além disso, cartazes foram oferecidos desde janeiro aos passageiros na estação de Governador Valadares. Carros de som foram articulados pela comunicação institucional de Minas da Vale para percorrer áreas mais distantes e vulneráveis da cidade. O objetivo foi mobilizar a população que utiliza esse meio de transporte.



👉 Vídeo da entrevista dada à TV Kefa em Governador Valadares



👉 Divulgação na Estação de Trem da EFVM

A equipe de Governador Valadares produziu um mutirão na Praça da Estação, no centro da cidade, com atividades culturais e panfletagem durante a semana do Dia de Combate ao Trabalho Infantil. Na ocasião, a InterTV dos Vales, afiliada da TV Globo, cobriu o evento.



↑ Imagem da peça de divulgação do Mutirão na Praça Estação

Estabelecimento de parcerias e participação em Grupos de Trabalho:

Ao entrar no território, cada articulador era orientado a se apresentar e conhecer os agentes locais, criando laços entre o projeto e a rede mapeada. Foi por meio dessa articulação que o Territórios em Rede conseguiu reforçar e combater o fenômeno da criança fora da escola, e estruturar uma dinâmica de trabalho que envolvesse a sociedade e o Poder Público.

Por sua vez, a equipe local buscava articular instituições parceiras, entre associações de moradores, entidades privadas, instituições religiosas, lideranças comunitárias, organizações não governamentais, órgãos públicos, sociedade civil em geral, entre outros, compreendendo a colaboração como estruturante para garantir a Educação como um direito básico.

Com base nessa estratégia, importantes avanços foram obtidos:

- Reconhecimento dos agentes locais pelos articuladores;
- Criação de laços com a rede e estruturação de uma dinâmica de trabalho conjunto;
- Articulação com diversas instituições e lideranças locais para identificar casos e acionar serviços;
- Participação em diferentes reuniões nas redes de serviços e eventos locais.

Exemplos de parcerias estabelecidas

Ao longo do processo de implementação do projeto, a colaboração com a Fundação Vale facilitou a interação com autoridades locais e forneceu apoio vital para a administração do projeto. Considerando-se a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas, em Governador Valadares, de outubro a dezembro de 2021, parcerias com entidades institucionais necessárias para a implementação da proposta. Nos primeiros três meses do ano, as equipes promoveram visitas a entidades civis e órgãos governamentais dos municípios, visando divulgar o projeto e formar articulações e fluxos para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.

Evento de celebração ao Dia Internacional da Mulher em Governador Valadares que teve como tema “Combate à Violência Doméstica”, em parceria com CREAs – Centros de Referência Especializado de Assistência Social; CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania; CMDM – Conselho Municipal dos Direitos



Participação da equipe no evento de Combate à Violência Doméstica

Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

da Mulher; OAB – Comissão de Enfrentamento à Violência contra Mulher; PVD – Patrulha da Prevenção à Violência Doméstica; UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora; NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

Em visita realizada ao Centro Municipal de Referência e Apoio à Educação Inclusiva Zilda Arns (CRAEDI), a equipe de Governador Valadares conheceu a unidade e os atendimentos realizados no local. Foram tiradas dúvidas sobre as formas de acesso ao CRAEDI, realizados estudos de casos e combinados fluxos de acompanhamento em conjunto. Um momento de trocas e fortalecimento de vínculo entre a equipe do TR e o CRAEDI.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

A equipe do TR Governador Valadares foi ao distrito de Brejaubinha para realizar uma reunião com a equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). A conversa sobre algumas crianças que precisam do acompanhamento do NASF buscou solucionar os casos de infrequência apontados pela escola.

Em Governador Valadares, a equipe promoveu uma ação junto com a Secretaria de Habitação, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e o Conselho Tutelar para levantamento de dados de crianças e adolescentes fora da escola em um novo residencial no bairro São Raimundo. Os articuladores realizaram um mutirão e foram identificadas 160 crianças em situação de exclusão escolar ou infrequência que, por conta da mudança de bairro, não conseguiram vagas próximas ao novo local de moradia.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.



Visita ao Programa de Integração Empresa-Escola (CIEE)



Visita ao Programa de Mediação de Conflitos

Fonte: banco de imagens do projeto, 2021.

Visita às instituições

Ao todo, 157 instituições foram mapeadas para colaborar com o projeto por meio de indicação e/ou acolhimento de casos.

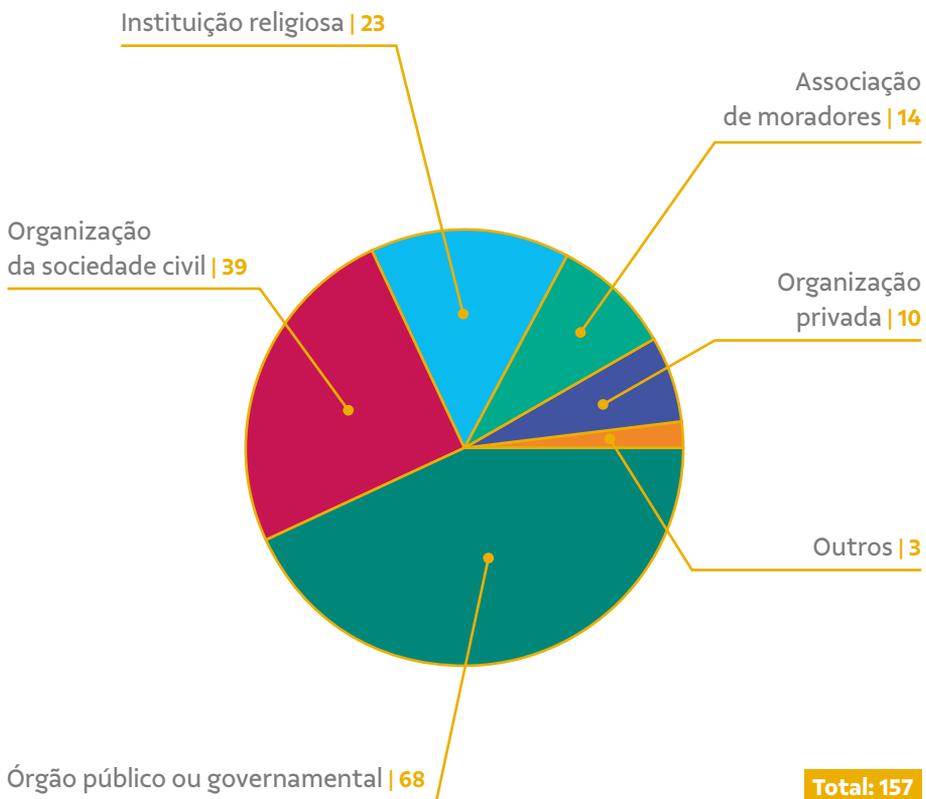
Entre as 104 escolas públicas de Educação Básica existentes em Governador Valadares, 95 foram apoiadas pelo Territórios em Rede, ou seja, 91% do total.



Visita à escola municipal

Fonte: banco de imagens do projeto, 2021.

Instituições locais mapeadas para a colaboração com o projeto por meio de indicação e/ou acolhimento de casos – Governador Valadares (MG)



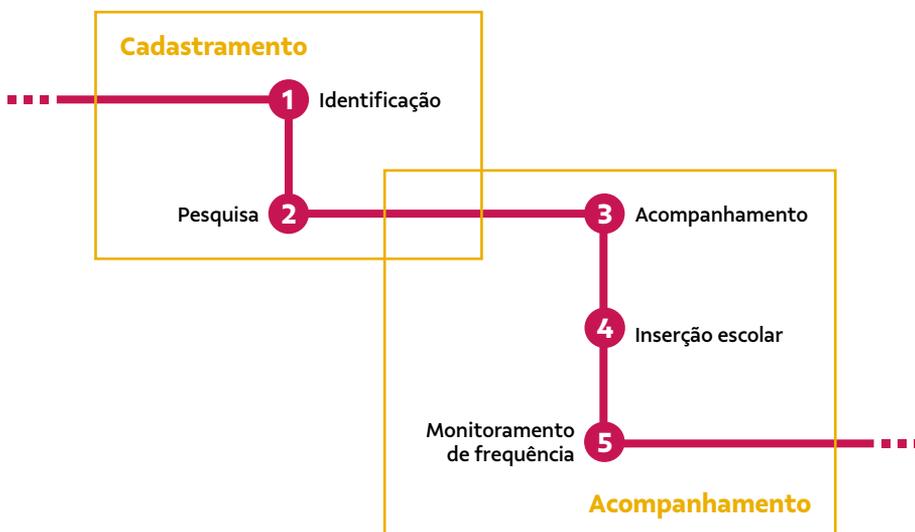
Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Monitoramento e Avaliação

A equipe responsável pelo Monitoramento e Avaliação tinha a tarefa contínua de organizar, consolidar e produzir informações que servissem ao acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações do Territórios em Rede e da inserção e permanência das crianças e adolescentes na escola

A Figura a seguir ilustra o fluxo de informações sobre os atendimentos realizados.

Etapas de cadastro e acompanhamento



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

As informações eram originadas de três bases de dados criadas pelo sistema do Territórios em Rede:

1. Perfil e demandas das crianças assistidas pelo projeto;
2. Instituições e parceiros identificados;
3. Ações realizadas para assegurar o acesso e permanência das crianças nas escolas.

A plataforma digital do projeto, acessível tanto pelos articuladores quanto pelos gestores de campo, oferecia diversas funcionalidades:

- Análise e correção de informações obtidas em campo, incluindo a identificação de registros duplicados;
- Acompanhamento das metas individuais e coletivas da equipe;

- Extração de dados gerais, resultados por área e relatórios detalhados sobre o público assistido;
- Registro de iniciativas adicionais que vão além da matrícula das crianças nas escolas;
- Mapeamento geográfico das residências das crianças e das instituições parceiras;
- Elaboração de um perfil detalhado das crianças, contendo informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e sobre a estrutura familiar.

Monitoramento da Frequência Escolar

Outro trabalho importante realizado pelo projeto foi a pactuação de um fluxo de monitoramento da frequência escolar por meio de informações obtidas diretamente nas escolas e de forma sistemática, para todos os casos acompanhados pela equipe.

O fluxo definido em Governador Valadares foi: bimestralmente, o projeto enviaria uma planilha para cada escola com as crianças matriculadas e a escola indicaria a situação de frequência do estudante. Os prazos, alinhados ao fechamento dos conselhos de classe, foram pactuados com a Secretaria e, uma vez que o projeto enviasse a planilha, a escola teria até duas semanas para seu preenchimento. A parceria com a Secretaria Estadual de Educação, entretanto, não foi estabelecida, impossibilitando o acesso às informações das unidades escolares estaduais.

A seguir, apresentamos o *status* da pactuação do fluxo com cada rede escolar de Governador Valadares:

Município	Rede	Status da pactuação do fluxo	Periodicidade	Responsável pelo preenchimento
Governador Valadares	Municipal	Estabelecido	Trimestral	Secretaria
Governador Valadares	Estadual	Não estabelecido	—	

Acompanhamentos dos casos

Semanalmente, gestora local e articuladores se reuniam para discutir impressões, casos e dificuldades, com o objetivo de viabilizar o ingresso na escola das crianças e adolescentes identificados, compartilhando coletivamente estratégias possíveis para responder aos desafios encontrados.

A equipe monitorava as informações no banco de dados e as atualizações dos cadastros das famílias visitadas, e mantinha uma agenda frequente de reuniões com instituições parceiras para fortalecer a rede de apoio à permanência dos alunos em sala de aula.

Outro ponto crucial do monitoramento era a devolutiva que a equipe oferecia às escolas e à rede de proteção social, com a apresentação dos motivos da infrequência, da evasão ou do não acesso de cada aluno. Essas devolutivas, muitas vezes, mudavam a leitura dos educadores sobre os casos de exclusão escolar, apoiando-os a avaliar melhor a realidade das famílias. O que antes figurava como suposta negligência das famílias, passou a ser compreendido como um conjunto de situações muito desafiadoras vividas por elas.

A parceria com a Estratégia Saúde da Família tem fortalecido as ações de Busca Ativa escolar e acompanhamento da equipe do TR. Até agora foram identificadas quatro crianças e adolescentes no bairro Palmeiras. Os casos são de alunos infrequentes que agora estão sendo acompanhados pelo projeto.



Foto: Perikles Siqueira, 2022.

Em Governador Valadares, a equipe realizou o cadastro de uma família cujo pai estava morando com dois filhos em uma residência abandonada, sem autorização do proprietário, e as crianças estavam fora da escola. A equipe encaminhou a família para o CRAS para resolução e garantia dos direitos à Moradia e à Educação. Foi concedido o aluguel social e a equipe efetivou a matrícula de duas crianças na Escola Municipal Marilourdes Nunes, próxima a nova residência deles.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.



“Muito obrigada pela atenção e ajuda! Se não fosse você não teria conseguido.”

Mãe de três crianças de 7, 9 e 12 anos atendidas pelo projeto em Governador Valadares

Ações complementares

Durante a execução do trabalho de campo, constatou-se a existência de muitas famílias em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. Seja pelo agravamento da pobreza no período pandêmico ou pela fragilidade de algumas políticas públicas, notou-se que a insegurança alimentar, a falta de roupas, calçados e kits escolares eram condições presentes em grande parte das crianças e adolescentes atendidos pelo projeto e que esse cenário de privação contribuiu, sensivelmente, para o agravamento das condições de acesso e permanência na escola.

Além das demandas materiais apresentadas, a equipe de campo verificou ausência ou baixa resposta de políticas públicas com capacidade para suprir os desafios apresentados de maneira adequada.

Diante desse cenário, o Territórios em Rede começou a operar, em julho de 2022, o **Apoio Eventual Emergencial**, uma estratégia complementar que tinha como objetivo viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência das famílias. Tais necessidades, quando identificadas pela equipe durante uma visita domiciliar, não encontravam resposta, em curto prazo, no município, por meio das políticas, equipamentos ou serviços da Assistência Social, Saúde, Educação ou, ainda, em organizações locais da sociedade civil.

Com vistas à elaboração de um plano de transição para essas famílias, os casos identificados foram direcionados aos serviços públicos. Isso era feito para atender às demandas sociais específicas de cada família, encaminhando-as às áreas apropriadas dentro do Comitê Gestor Intersetorial. As estratégias incluíam:

- Priorizar a reinserção de crianças e adolescentes na escola, um local de desenvolvimento integral e proteção social, como ação principal para reduzir a insegurança alimentar entre o público em idade escolar.
- Realizar encaminhamentos para a Assistência Social, para participação em programas relevantes e para a criação/atualização do Cadastro Único. Isso inclui programas como o PAA, Bolsa Família, PAIF, PAEFI, PETI, BPC, Criança Feliz,¹³ entre outros. Tais encaminhamentos serão documentados nos relatórios.

13 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; Bolsa Família – Programa Bolsa Família; PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral Especializado à Família e Indivíduos; PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; BPC – Benefício de Prestação Continuada; Criança Feliz – Programa Criança Feliz.

Apoio Eventual Emergencial

Desenvolvido inicialmente nos municípios de Marabá (PA) e Serra (ES), onde as equipes do Territórios em Rede começaram a identificar famílias em situação de pobreza extrema ao serem localizadas para a inserção escolar de crianças e adolescentes, o **Apoio Eventual Emergencial** surge para viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência, considerando necessidades básicas como alimentação, higiene, vestuário, documentação e materiais escolares.

Tipos de itens oferecidos em caráter emergencial:

Itens avulsos:

- Compra de medicamentos que não sejam de uso contínuo;
- Compra de itens de higiene;
- Material básico escolar que não seja fornecido pelo município, por exemplo, mochila;
- Pagamento de refeições;
- Transporte para acesso a serviços essenciais pontuais.
- Roupas e calçados.
- Recurso para pagamento de taxas para emissão de documentos.

Itens temporários:

- Cestas básicas;
- Botijão de gás;
- Compra de medicamentos de uso contínuo;
- Transporte para acesso a serviços regulares (fisioterapia, fonoaudiologia, reforço escolar, entre outros);
- Contas de consumo, como água, luz e aluguel.

No total, 217 crianças foram contempladas pelo Apoio Eventual Emergencial viabilizado pelo Territórios em Rede em Governador Valadares.



- Promover a articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o PPA, que envolve a compra de alimentos da agricultura familiar e a doação a famílias de baixa renda.
- Estabelecer conexões com os comitês do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios, assegurando sua presença no CGI.



Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Governador Valadares

Entre as contribuições do Territórios em Rede, foi possível traçar um perfil das crianças e dos adolescentes em situação de exclusão escolar alcançadas em Governador Valadares.

Observações Gerais

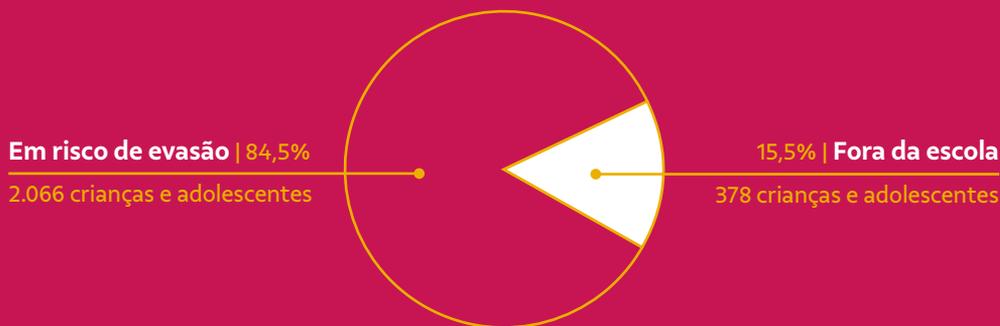
- A maioria das crianças e adolescentes está em risco de evasão escolar e tem baixa participação em atividades extraescolares.
- Crianças e adolescentes identificadas em situação de exclusão escolar são majoritariamente pretas e pardas.
- Mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado do lar e das crianças e adolescentes, em grande parte, de forma solitária.
- A maioria das famílias tem baixa renda e é beneficiária de programas de transferência de renda.
- Saúde e deficiência são fatores de destaque sobre a condição de exclusão escolar.
- Trabalho infantil e gravidez na adolescência são questões pre-ocupantes, embora em baixa proporção.

Situação da exclusão escolar

(quando cadastradas no Projeto)

Total de 2.444 crianças e adolescentes

Crianças fora da escola ou em risco de evasão escolar



98,5%

não frequentavam Instituição Educativa complementar à Escola
= 2.048 crianças e adolescentes



0,5%

dos adolescentes cumpriam medidas socioeducativas, representando um grupo que necessita de atenção especializada e apoio
= 5 adolescentes de 12 a 17 anos



2,6%

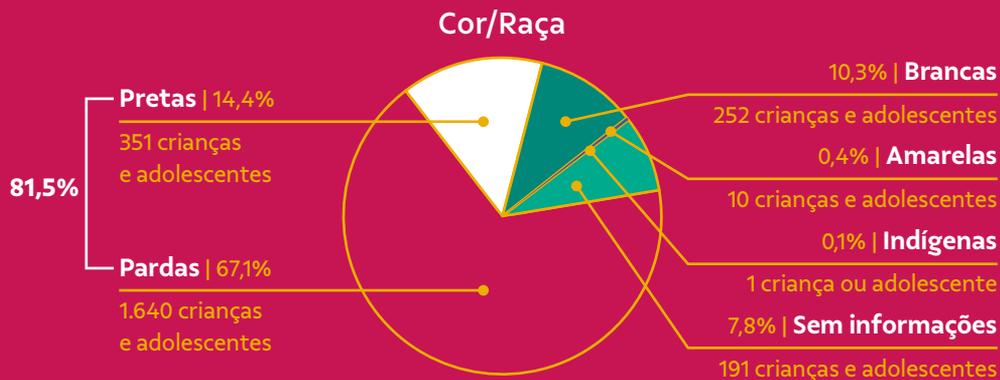
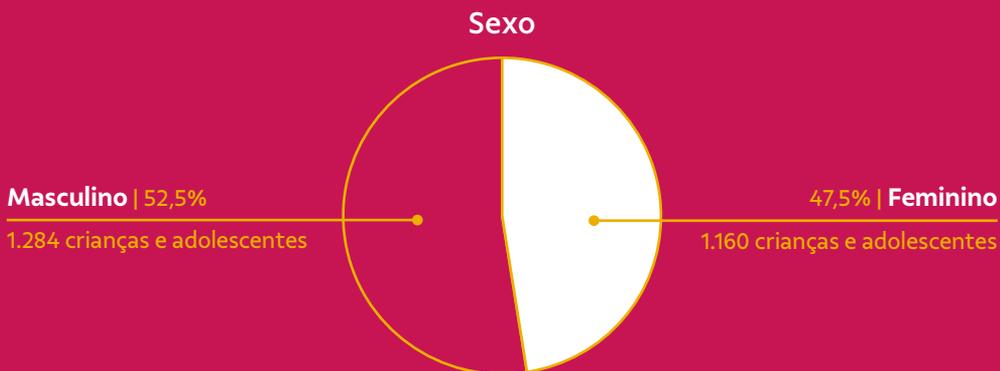
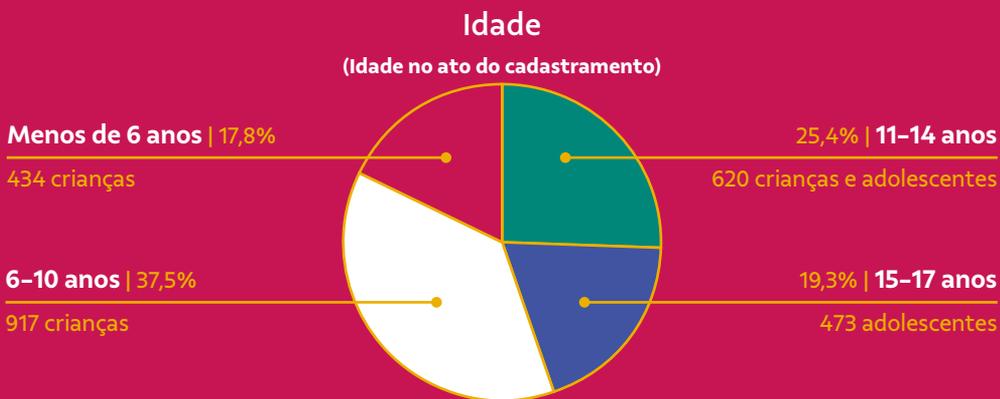
estavam envolvidas em trabalho infantil, o que pode ser um fator de risco para a exclusão escolar
= 64 crianças e adolescentes



0,2%

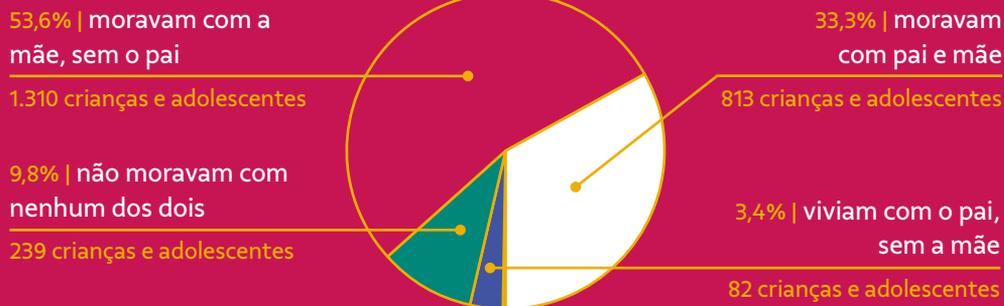
trabalhavam formalmente
= 6 adolescentes

Perfil das crianças identificadas pelo Territórios em Rede em Governador Valadares

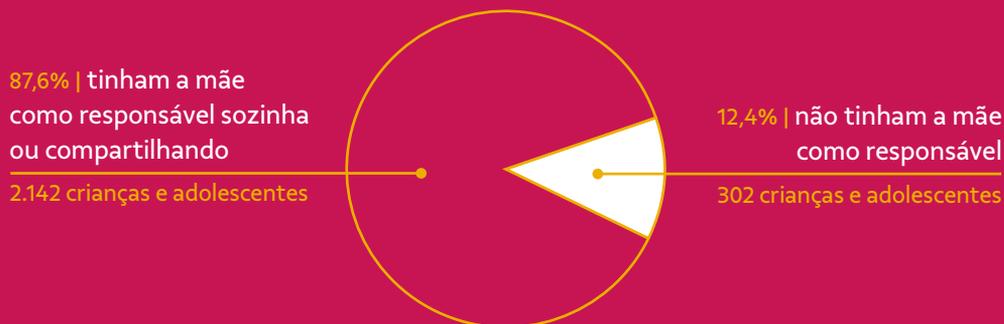


Configuração Familiar

Com quem as crianças e adolescentes residem



Principal responsável pelas crianças e adolescentes



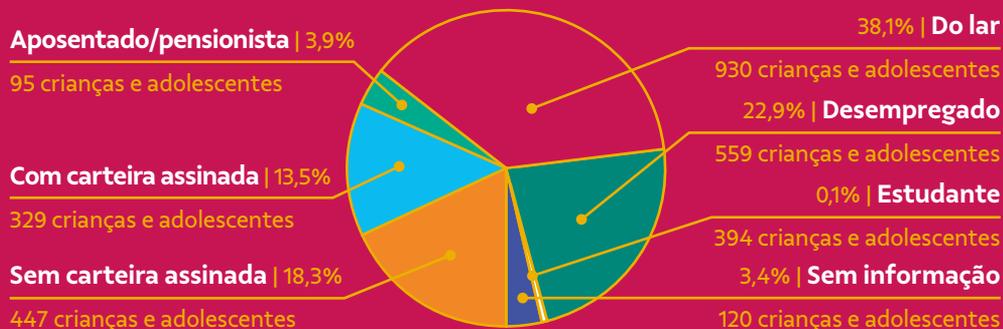
Idade da mãe

(quando da identificação pelo Territórios em Rede)

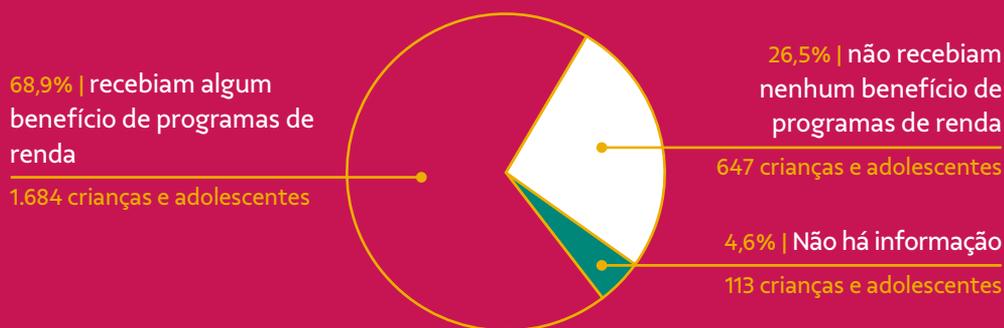


Trabalho e renda

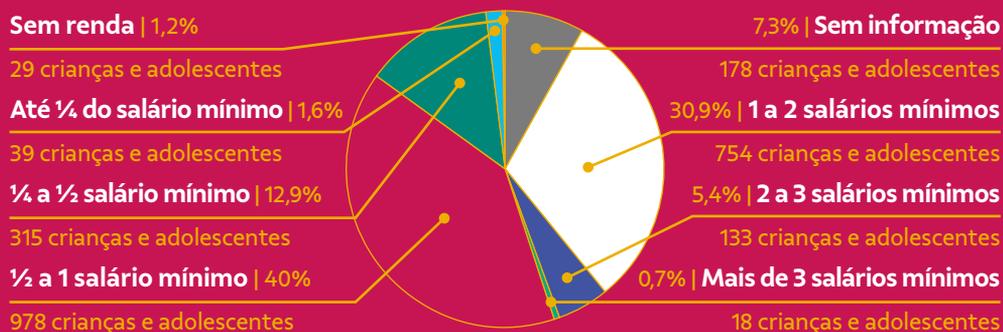
Ocupação dos responsáveis



Beneficiários de programas de renda



Renda familiar



Saúde



18,9%

tinham problemas de saúde
= 462 crianças e adolescentes



5,4%

possuem alguma deficiência, o que pode representar barreiras adicionais para sua inclusão e acesso à Educação
= 133 crianças e adolescentes



3,2%

estavam grávidas
= 16 meninas entre as de 11 a 17 anos

Informações complementares



1,0%

não morava em uma residência unifamiliar
= 25 crianças e adolescentes



96,8%

têm Certidão de Nascimento
= 2.365 crianças e adolescentes

Destaques

Desigualdade Racial

- 81,5% das crianças em situação de exclusão escolar são negras (somando as categorias preta e parda), refletindo desigualdades raciais profundas na comunidade. Esta proporção sugere que as crianças negras enfrentam barreiras específicas no acesso à Educação, possivelmente ligadas a questões econômicas, discriminação racial e falta de representatividade.

Desigualdades de Gênero

- **Distribuição por Sexo:** A distribuição entre meninos (52,5%) e meninas (47,5%) informa que os desafios educacionais afetam ambos os gêneros. A maior proporção de meninos fora do sistema educacional sugere que os meninos podem estar mais suscetíveis a abandonar a escola, talvez devido a pressões socioeconômicas ou a expectativas sociais diferenciadas em relação à Educação para meninas. Por outro lado, desigualdades de gênero podem surgir em aspectos específicos, como a gravidez na adolescência, que afeta 3,2% das meninas entre 11 e 17 anos.



Criança identificada pela Busca Ativa escolar

Urgência das questões raciais

A desigualdade racial no Brasil é profundamente enraizada e sistêmica, persistindo devido à insuficiência de políticas públicas voltadas para combatê-la. Segundo dados do IBGE (2018),¹⁴ embora os indivíduos pretos e pardos constituam 56% da população brasileira, eles representam 71% daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Em contraste, os brancos compõem 27% deste grupo. A situação torna-se ainda mais agravante quando analisamos a extrema pobreza: 73% são negros, enquanto apenas 25% são brancos. Para criar uma sociedade mais justa, é essencial entender como cada segmento socioeconômico contribui para perpetuar o racismo, a fim de desenvolver abordagens eficazes para superá-lo.

No âmbito educacional, tal disparidade é flagrante. Lutar contra ela é fundamental para promover qualquer transformação significativa. Apenas com uma abordagem comprometida com uma Educação das Relações Étnico-Raciais e o enfrentamento do racismo podemos aspirar a uma sociedade mais equitativa.

Esta análise reforça a urgência de políticas públicas voltadas a mitigar as desigualdades raciais que se antepõem à efetivação do Direito à Educação, considerando acesso, permanência escolar e aprendizagem, por meio de uma abordagem antirracista, que contempla da esfera pedagógica à gestão escolar.

O compromisso com a política antirracista precisa, ainda, estar presente em todas as áreas de atuação do Estado Democrático de Direito, em especial, nas políticas sociais direcionadas à população negra.

¹⁴ Fonte: IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

- **Configuração Familiar:** A maioria das crianças vive em lares chefiados por mães (87,6% têm a mãe como responsável), muitas das quais enfrentam desafios como desemprego ou trabalho informal. Mulheres no Brasil, especialmente as pobres e negras, carregam uma dupla ou tripla jornada, combinando trabalho, cuidados com a casa e a família. Segundo o IBGE, mulheres dedicam quase o dobro do tempo que os homens em cuidados e afazeres domésticos. Esta sobrecarga pode limitar as oportunidades educacionais das mães e, por extensão, afetar o suporte que podem dar aos filhos na Educação.

Equipe auxilia mãe solo

A primeira família identificada e cadastrada no Bairro Santa Terezinha, em Governador Valadares, foi a de dona Eliane. Mãe de três filhos, sendo um ainda bebê, ela não conseguia matricular as crianças por causa de uma enchente que as deixou sem casa. Atualmente, Dona Eliane vive com as crianças em um abrigo oferecido pela Prefeitura. Dois de seus filhos já estão matriculados na Escola Municipal Santos Dumont.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.

Desigualdade Social e Econômica

- Uma grande proporção das famílias (55,7%) vive com renda de até 1 salário mínimo, indicando condições significativas de pobreza. Esta vulnerabilidade socioeconômica está intrinsecamente ligada à exclusão escolar. A falta de recursos pode levar à necessidade de as crianças contribuírem para o orçamento familiar, afetando sua capacidade de frequentar e se dedicar à escola.

Os dados fornecem uma visão detalhada da situação de exclusão escolar e das condições de vida das crianças e adolescentes no município, ressaltando áreas críticas que necessitam de atenção e intervenção.

O perfil da exclusão escolar de Governador Valadares reflete desigualdades mais amplas observadas no Brasil, relacionadas à raça, gênero e classe. As desigualdades interseccionais criam barreiras adicionais que precisam ser abordadas para garantir o acesso equitativo à Educação. A sobrecarga enfrentada pelas mulheres, especialmente em contextos de baixa renda e minorias raciais, destaca a necessidade de políticas públicas que abordem as desigualdades de gênero, raciais e socioeconômicas de maneira integrada.



Acompanhamento domiciliar de estudantes atendidos pelo TR

Fonte: Banco de imagens do projeto, 2023.



Criança identificada pela Busca Ativa escolar

Política Nacional de Cuidados

Em outubro de 2023, o Brasil publicou o Marco Conceitual para a formulação da **Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados**. Produzido por um Grupo de Trabalho Interministerial – coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social e das Mulheres e com mais de 20 pastas envolvidas, além de IBGE, Ipea e Fiocruz –, o documento¹⁵ pretende conceituar o tema, reconhecendo a distribuição desigual do cuidado na sociedade brasileira. Compreendido como um direito, o cuidado pode ser ofertado e demandado por toda e qualquer pessoa ao longo da vida, mas em especial crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Entretanto, devido às desigualdades estruturais de gênero, recai sobre as mulheres, principalmente negras, este tipo de trabalho. Avanços na estruturação de serviços e políticas de Estado que reflitam a economia de cuidados, ou seja, que reconheçam e valorizem aquilo que é necessário para a manutenção da vida no seu cotidiano, podem representar mudanças importantes na reflexão sobre as condições necessárias para o acesso e permanência de crianças e adolescentes nas escolas.

¹⁵ Disponível em <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>.

Foto: Perikles Siqueira, 2022



Cenários da exclusão escolar

Para melhor compreender a situação de exclusão escolar das crianças e suas famílias, eram coletadas informações sobre os motivos pelos quais as crianças ou adolescentes não estavam matriculados, haviam evadido ou abandonado os estudos, ou, ainda, estavam infrequentes na escola.

Com base nas informações fornecidas pelas famílias localizadas pelo projeto, a equipe de sistematização do Territórios em Rede categorizou os dados em dois grupos: fatores internos à rede pública de ensino e fatores externos à rede pública de ensino, congregando outras questões, além da alçada da escola, que impedissem o Direito à Educação.

Motivos da exclusão escolar:¹⁶

Resumo

Dentre os motivos mais observados para a exclusão escolar no município, estavam:

- Família em situação de pobreza (falta de renda / recursos);
- Desinteresse da criança e/ou adolescente pelos estudos / escolarização;
- Crianças e adolescentes com problemas de Saúde ou deficiência;
- Violências físicas, territoriais ou discriminação.

16 Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Fatores Externos à Educação em Governador Valadares

- **Condições socioeconômicas:** Em Governador Valadares, 52% das crianças e adolescentes estão em famílias que citaram a falta de renda, situações de pobreza e questões familiares como principais motivos para a exclusão escolar. Este alto percentual reflete as desigualdades socioeconômicas profundas na região, onde famílias enfrentam dificuldades financeiras que afetam diretamente o acesso à Educação.
- **Problemas de saúde:** 18,1% das crianças e adolescentes em Governador Valadares tiveram relato de problemas de saúde da criança ou de membros da família como uma barreira ao acesso à escola, o que indica a necessidade de melhor integração entre os serviços de Saúde e Educação na região, para apoiar crianças e famílias que enfrentam desafios de saúde.
- **Violência e discriminação:** Embora representem uma pequena porcentagem (1,1% das crianças e adolescentes), casos de violência e discriminação em Governador Valadares podem criar ambientes hostis que desencorajam a permanência na escola, destacando a necessidade de políticas de segurança e inclusão.

Fatores Internos à Educação em Governador Valadares

- **Qualidade do Ensino e do Espaço Escolar:** Em Governador Valadares, 23,4% das crianças e adolescentes estão em famílias que mencionaram o ambiente escolar inadequado e falta de vaga como razões para a exclusão escolar, o que sugere que a qualidade do ensino e a infraestrutura educacional na região necessitam de melhorias para reduzir as taxas de evasão.
- **Gestão Educacional e Políticas Públicas:** A gestão do sistema educacional em Governador Valadares, incluindo a alocação de



recursos e políticas de inclusão, desempenha um papel crítico na exclusão escolar. A falta de vagas e possíveis falhas na administração escolar podem ser fatores contribuintes para a exclusão.

- **Currículo e diversidade cultural:** Não há dados específicos de Governador Valadares sobre a relevância cultural do currículo, mas, de maneira geral, um currículo que não atende às necessidades e aos interesses dos estudantes pode contribuir para o desinteresse, a discriminação e a evasão escolar.

Os dados revelam a interconexão entre fatores internos e externos na questão da exclusão escolar. Enquanto problemas socioeconômicos e de saúde representam desafios significativos à rede de proteção social, aspectos relacionados à gestão educacional, qualidade do ensino e infraestrutura escolar também são fundamentais. Assim, uma abordagem intersetorial, que considere tanto o contexto socioeconômico quanto a qualidade da Educação, é fundamental para enfrentar, efetivamente, a exclusão escolar em Governador Valadares.



“O fracasso do projeto escolar assume crescente importância na formação social do sujeito, comprometendo o exercício de sua cidadania e, no limite, sua própria integridade física e intelectual.”

Marcelo Burgos, professor e pesquisador da PUC-Rio¹⁷

¹⁷ BURGOS, Marcelo *et al.* “Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”. In: *Revista Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, Rio de Janeiro/RJ, n. 15, 2014, pp. 71–105.

Casos ilustrativos

Articulação intersetorial entre Escola, Saúde e Justiça

Caso 1

Um menino demonstrou comportamentos agressivos na escola, preocupando a comunidade escolar. Em casa, ele manifestou sua angústia por meio de atos perigosos, como manipular a mangueira do gás. Sua situação familiar era complicada: a mãe, casada com um homem que rejeitava o menino, enfrentava dificuldades em integrá-lo ao lar. Por outro lado, o pai do menino, também em um novo casamento com outros filhos, parecia não perceber o sofrimento do filho, que por vezes dormia ao relento na porta da casa da mãe. Com o tempo, foi possível sensibilizar o pai e a madrasta sobre a difícil realidade emocional do menino, que se sentia excluído ao observar a nova família do pai recebendo amor e atenção. Inicialmente hesitante em matricular o filho na escola, temendo possíveis consequências de seu comportamento, o pai acabou concordando. Após intervenções e diálogos, o menino começou a frequentar a escola regularmente, e seus comportamentos agressivos diminuíram. Esse caso envolveu articulação e intervenção direta do Conselho Tutelar e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, sendo discutido em reuniões intersetoriais e com a equipe de Saúde local.

Caso 2

Pelo telefone da gestora, após ouvir sobre o projeto no rádio, chegou-se ao conhecimento da primeira família atendida. Encontravam-se as crianças sem escolarização, residindo com uma tia, detentora de uma guarda não definitiva. Uma delas, necessitando de uma cadeira de rodas, era transportada nos braços, pela irmã, de apenas 10 anos. Viviam em frente a uma escola estadual, a qual não lhes concedeu vagas. A situação exigiu a intervenção do Conselho Tutelar. As crianças ansiavam por estudar. Sua mãe, com problemas de saúde mental e distante das filhas, fez

com que o Conselho assistisse a família, auxiliando a tia na obtenção da guarda. Encaminhamento para o Centro Municipal de Referência e Apoio à Educação Inclusiva se fez, proporcionando à criança pequena uma cadeira de rodas e assistência médica especializada. Com o suporte do Conselho Tutelar, as duas crianças conseguiram matrícula escolar, prosseguindo com seus estudos.

Caso 3

A partir da lista enviada pela escola, uma criança de 9 anos foi visitada. Ao chegar na residência, o projeto foi recebido por uma adolescente de 14 anos. Logo em seguida, um bebê de 1 ano apareceu, caminhando ao redor e, atrás dele, a mãe, surpresa pela presença do Conselho Tutelar. Após a apresentação, o cadastro da criança foi realizado. A adolescente, que também apresentava muitas faltas na escola, participava ativamente da conversa. Quando questionada sobre suas ausências, ela revelou enfrentar dificuldades na escola, incluindo desafios pessoais sérios que afetavam seu bem-estar e sua Educação. A mãe interveio, explicando que a filha havia passado por experiências de graves violências no ano anterior, resultando em uma situação complicada para a família. A conversa revelou a necessidade de apoio psicológico para a adolescente, um direito ainda não atendido pela rede de proteção social.

Os três casos ilustram a importância da articulação intersetorial promovida pelo Territórios em Rede, envolvendo escola, saúde e justiça, no combate à exclusão escolar. No primeiro caso, a parceria entre o Conselho Tutelar, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família e a escola proporcionou um ambiente acolhedor para um menino com desafios emocionais e familiares, evidenciando a importância de abordagens multidisciplinares. No segundo caso, a colaboração entre diferentes entidades foi decisiva para superar obstáculos físicos e sociais, especialmente para uma criança com deficiência, destacando a urgência de garantir o acesso à Educação em situações de guarda não definitiva. O terceiro caso ressalta a necessidade de suporte psicológico especializado frente a traumas

e violências que afetam o desempenho escolar, sublinhando a relevância de uma rede de proteção social abrangente e de abordagens técnicas qualificadas. Em conjunto, estes casos reforçam a necessidade de uma estratégia integrada e intersetorial para enfrentar a exclusão escolar, abarcando aspectos educacionais, emocionais e sociais das crianças envolvidas.

Articulação com Escola

Caso 4

Uma criança, vivendo com sua avó idosa, responsável também por outra senhora de idade, era frequentemente deixada na rua para brincar, sem o hábito de frequentar a escola. Já inscrita em uma instituição de ensino há algum tempo, a falta de notificação pelo município manteve o caso fora das listagens recebidas. Constatou-se, após averiguação, que o menino não frequentava a escola há meses, e a avó, sem disponibilidade devido aos cuidados com a outra idosa, enfrentava dificuldades para efetuar a matrícula dele em outra escola. Em diálogo com o garoto, ele expressou o desejo de retornar apenas se fosse para uma escola específica, a escola X. Assim, empenhou-se em assegurar uma vaga na instituição e convencer o menino a visitá-la antes da matrícula. Devido à indisponibilidade da avó, que não conseguia realizar a matrícula por conta da distância e suas responsabilidades, tomaram-se medidas para facilitar o processo. Foi feita a cópia da documentação necessária e, após um prazo de dois meses, a matrícula foi efetuada com a avó levada de carro para assinar os documentos. O menino, motivado pela presença de amigos na escola X, passou a frequentá-la regularmente.

Caso 5

Duas crianças, residentes a 20 km da escola, enfrentavam dificuldades para frequentá-la devido a distância. Uma articuladora, atenta à situação, interveio junto à Secretaria de Educação, logrando obter transporte para ambas. Essa ação eficaz possibilitou às crianças o acesso e a permanência na escola, assegurando seu direito fundamental à Educação.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

Os casos 4 e 5 em Governador Valadares refletem a realidade enfrentada por muitas crianças pobres, negras e periféricas no Brasil, destacando a importância da articulação do projeto Territórios em Rede com as escolas locais para superar barreiras sistêmicas no acesso à Educação. No caso 4, a situação de uma criança vivendo com sua avó idosa e frequentemente deixada na rua enquanto a avó cuidava de outra idosa, revela as complexas dinâmicas familiares que, muitas vezes, acompanham a pobreza. A falta de supervisão e o desafio da avó em gerenciar a matrícula escolar do menino são sintomáticos de famílias que lutam para mediar o cuidado com os membros dependentes e as necessidades educacionais das crianças. A ausência de um sistema de notificação eficaz pelo município, que permitiu que a falta de frequência escolar do menino passasse despercebida, revela falhas institucionais. A intervenção do Territórios em Rede, que facilitou a matrícula do menino em uma escola de sua preferência, destaca a necessidade de ações proativas e conectadas às realidades familiares para garantir o acesso à Educação. Já o caso 5, envolvendo duas crianças morando a uma distância considerável da escola, ilustra como a localização geográfica e a falta de infraestrutura de transporte podem ser barreiras

significativas para a Educação em comunidades periféricas. A intervenção do projeto, que garantiu transporte para as crianças, mostra como soluções práticas e objetivas podem superar obstáculos logísticos, assegurando o acesso contínuo à Educação. Os casos evidenciam como as dificuldades enfrentadas por crianças são multifacetadas, envolvendo desafios econômicos, sociais e institucionais. A articulação efetiva da rede de proteção foi fundamental para identificar e lidar com as barreiras, garantindo que todas as crianças tenham acesso ao direito fundamental da Educação, independentemente de suas circunstâncias socioeconômicas e geográficas.



Acompanhamento de adolescente em escola estadual

Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

Articulação rede da Assistência Social

Caso 6

Chegando de outro município, uma família enfrentava o desafio de um menino fora da escola. Ao abordar a mãe do garoto em uma janela, entregou-se a ela um panfleto, abrindo a possibilidade de discutir sobre crianças ou adolescentes não escolarizados. Ela revelou que seu filho estava nessa situação devido à dificuldade em obter o histórico escolar necessário, agravada pela falta de recursos financeiros para buscá-lo. Diante desse impasse, efetuaram-se articulações com o Centro de Referência Psicossocial (CRAS) do município. Esse contato resultou em uma ação conjunta com a escola, que enviou o histórico escolar do menino por *e-mail*, facilitando a sua matrícula em uma escola municipal.

Posteriormente, em colaboração com uma assistente social local, obteve-se o documento original, que foi entregue à escola, suprindo a incapacidade financeira e física da família em realizar essa tarefa. A mãe, que inicialmente se mostrava desanimada e confusa, até mesmo quanto ao nome correto da escola, teve o apoio da assistente social, que, por meio da Secretaria de Educação do município, conseguiu identificar a instituição correta. Assim, a família foi adequadamente informada sobre os benefícios a que tinha direito e os recebeu, superando as barreiras que enfrentava.

Caso 7

Durante um dia de mutirão, surgiu o caso de uma família gravemente afetada por uma enchente, que se encontrava sem itens essenciais em casa, incluindo energia elétrica e água. Primeiramente, orientou-se e encaminhou-se a família ao Centro de Referência Psicossocial, possibilitando-lhe o acesso a benefícios essenciais como a retirada de documentos e aluguel social. Em seguida, realizou-se uma articulação com a organização Vicentina, assegurando que a família recebesse cestas básicas e outros tipos de apoio oferecidos pela organização, os quais foram prontamente concedidos. Adicionalmente, a família foi incluída em um programa de apoio emergencial. Graças a essas articulações, visitas e acompanhamentos contínuos, foi possível proporcionar à família uma moradia mais adequada. Atualmente, as crianças desta família frequentam regularmente a escola, e a situação familiar, de maneira geral, melhorou consideravelmente.

Os casos narrados (6 e 7) são exemplos de como a exclusão escolar está estreitamente ligada à exclusão social e à falta de uma rede de proteção social multidimensional. Ambos os casos evidenciam a necessidade de ações emergenciais e pontuais, mas também ressaltam a urgência de um plano de acompanhamento familiar de longo prazo, que vá além das respostas imediatas facilitadas pelo Territórios em Rede. No caso 6, a dificuldade enfrentada por

uma família recém-chegada na localidade para obter o histórico escolar de um filho, devido às limitações financeiras e logísticas, ilustrou como barreiras burocráticas e econômicas podem impedir o acesso à Educação. A intervenção no Centro de Referência Psicossocial e a colaboração com a escola para enviar o histórico por *e-mail* foram ações emergenciais promovidas pelo TR que ajudaram a superar esses obstáculos. Tais ações, embora efetivas no curto prazo, destacam a necessidade de um acompanhamento mais extenso para garantir a integração contínua da família no sistema educacional. A situação da família gravemente afetada por uma enchente refletiu como crises ambientais podem deslocar famílias de suas rotinas normais, inclusive no acesso à Educação dos filhos. A orientação e o encaminhamento ao CRAS, a colaboração com a organização Vicentina para fornecer suportes básicos, e a inclusão da família em um programa de apoio emergencial foram medidas imediatas que aliviaram as precárias condições de vida e garantiram o retorno das crianças à escola. Ambos os casos confirmam que a exclusão escolar não é um fenômeno isolado e projeta desafios sociais e econômicos mais amplos. A articulação entre diferentes setores da rede de Assistência Social foi fundamental para resolver questões imediatas, além de ressaltar a necessidade



de estratégias de acompanhamento familiar de longo prazo para enfrentar as raízes profundas da exclusão social e educacional.



“O trabalho desenvolvido pelo Territórios em Rede, em conjunto com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ofertado pelo CRAS, tem contribuído consideravelmente para a comunidade como um todo, por meio de ações voltadas para o fortalecimento e articulações do trabalho em rede.”

*Cristiane Silva, assistente social do CRAS Central,
Governador Valadares*

Exemplos de Busca Ativa escolar

Caso 8

Um caso chegou por informação de uma mãe já assistida, sobre outra mãe cuja filha não estava frequentando a escola. Iniciou-se, então, um processo de verificação. Após confirmar o endereço e identificar o nome da criança, constatou-se, na escola, que ela já era considerada desistente devido à alta infrequência. Uma visita foi realizada ao endereço, onde se percebeu a urgente necessidade de atendimento psicológico e psiquiátrico para a menina, embora isso não tenha sido comunicado diretamente à mãe, apenas se aconselhando uma avaliação na Unidade de Saúde. A mãe, sem justificativas claras para a ausência escolar da filha, mencionou apenas a relutância da criança em ir à escola, sem aprofundar-se em detalhes. Diante disso, articulou-se com a assistente social para recuperar o benefício da família, que enfrentava dificuldades financeiras. Considerando a deficiência intelectual da criança, conseguiu-se restabelecer seu benefício. Encaminhamentos foram feitos para a Unidade de Saúde para avaliação e, posteriormente, ao Centro de Atenção Psicossocial. O acompanhamento próximo do caso resultou em avanços

significativos. Outras instituições como o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, a Escola, a Saúde e o Centro de Referência da Assistência Social também se envolveram. A mãe, desconhecendo seus direitos a benefícios, foi acolhida na escola com um café preparado para recebê-la, junto com o articulador, garantindo um suporte abrangente e acolhedor para ela e sua filha.

Caso 9

Durante a entrega de *flyers*, uma articuladora encontrou-se com um senhor que mencionou seu neto que não frequentava a escola. Ao conversar com a avó da criança, descobriu-se que o menino, de 11 anos, não estava matriculado em nenhuma instituição de ensino e ainda não havia sido alfabetizado. Ele já tinha sido matriculado anteriormente, mas enfrentou problemas na escola, como dormir em sala, e deixou de ir às aulas. A avó demonstrou interesse em retomar os estudos do neto, mas sentia-se insegura sobre como proceder. Além disso, problemas de saúde enfrentados por ambos os avós dificultavam o deslocamento e a realização da matrícula. A articuladora agiu acompanhando a avó até a Secretaria de Educação, onde foram orientadas e procederam com a matrícula do menino. Apesar das dificuldades iniciais devido à falta de alfabetização, o garoto começou a frequentar a escola, necessitando retornar aos anos iniciais de alfabetização. Paralelamente, a família recebeu encaminhamento para o Centro de Referência Psicossocial, visando atender a outras necessidades de saúde. A articuladora compartilhou a situação do menino com a escola, cuja gestão mostrou-se acolhedora e compreensiva. Atualmente, o menino já está alfabetizado e frequentando regularmente as aulas. A articuladora mantém-se envolvida, acompanhando tanto a família quanto o processo educacional da criança.

Ambas as experiências do Territórios em Rede demonstram a importância da Busca Ativa escolar e da mobilização comunitária na localização de

crianças fora da escola, evidenciando como as estratégias podem abordar não apenas a exclusão escolar, mas questões sociais e de saúde subjacentes, que frequentemente acompanham a exclusão. No caso 8, a informação fornecida por uma mãe da comunidade sobre outra criança não frequentando a escola ilustra o poder da mobilização comunitária. O processo de verificação que se seguiu revelou uma complexa situação envolvendo necessidades de saúde mental da criança, desafios financeiros da família e a falta de conhecimento da mãe sobre os direitos a benefícios. A abordagem intersectorial que envolveu assistentes sociais, Unidades de Saúde, escola e outros órgãos foi fundamental para restabelecer o benefício da criança e encaminhá-la para atendimento psicológico e psiquiátrico adequado. Essa ação conjunta não só facilitou o retorno da criança à escola, mas garantiu um suporte mais amplo à família. No outro caso (caso 9), a interação durante a entrega de *flyers* destacou como as iniciativas de Busca Ativa escolar podem descobrir situações de crianças que estão fora do sistema educacional. O menino de 11 anos, não matriculado e não alfabetizado, é um exemplo de como a exclusão escolar pode ser consequência de múltiplos fatores, incluindo problemas de saúde na família e desafios educacionais anteriores. A intervenção da articuladora do TR, que acompanhou a avó do menino na matrícula e comunicou a situação à escola, mostrou a importância de uma abordagem técnica qualificada. O monitoramento contínuo da articuladora assegurou não apenas o acesso à Educação, mas também o acompanhamento do processo de aprendizagem do menino e de sua família. Estes casos sublinham que a Busca Ativa escolar e a mobilização comunitária são vitais para identificar crianças fora da escola e compreender as diversas razões por trás da exclusão escolar. Mais do que

simplesmente retornar as crianças à escola, as estratégias articulam serviços de Saúde, Assistência Social e Educação, abordando necessidades multidimensionais das crianças e de suas famílias. Elas reconhecem que a Educação como direito é inseparável do contexto social e de saúde no qual crianças e famílias estão inseridas.

Intersetorialidade

Os casos narrados, de forma breve, revelam a importância da lógica intersetorial orientando as ações da equipe do Territórios em Rede em Governador Valadares.

Ao trabalhar em conjunto com diversos setores das políticas sociais e atores institucionais, o projeto visava abordar as múltiplas causas da exclusão escolar e fornecer soluções imediatas e/ou abrangentes que criassem condições para que as crianças e suas famílias acessassem direitos. O projeto, então, atuou como uma ponte entre as famílias e os serviços essenciais. A equipe realizou articulações com órgãos, como o CRAS, CREAS e CT,¹⁸ Escolas ou Unidades de Saúde, incluindo visitas domiciliares, distribuição de cestas básicas e, até mesmo, agendamento e acompanhamento de consultas médicas.

Além de atuar diretamente para mediar a necessidade de vagas escolares com a oferta da rede educacional, o projeto trouxe novas rotinas e reflexões para os profissionais da Educação, desde o nível da gestão educacional, passando pela gestão escolar até a atuação pedagógica. Ao lançar luz sobre a questão da exclusão escolar no município, a rede municipal de Educação começava a se reorganizar, pós-pandemia, para produzir as informações necessárias à Busca Ativa escolar do projeto. Isso incentivou o monitoramento periódico da frequência escolar, o mapeamento dos casos de

18 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social; CT – Conselho Tutelar.

abandono e a facilitação dos entraves de matrícula, dentre os quais aceitar a matrícula em qualquer momento do ano letivo e articular documentações pendentes com a rede de proteção, sem impedimentos para se restabelecer o vínculo escolar.

Durante seu percurso em Governador Valadares, o Territórios em Rede ajudou a orientar e definir os critérios para a Busca Ativa escolar no município, tendo em vista as dificuldades de acessar a escolarização de crianças e de adolescentes mais vulnerabilizados naquele período.

Resultados e impactos

Com uma meta inicial de 2 mil inserções na escola, o número alcançado em Governador Valadares evidencia o grande desafio do combate à exclusão escolar enfrentado na região. Ao mesmo tempo, o projeto demonstrou sua capacidade de incidir diretamente no território: entre os 2.444 crianças e adolescentes cadastrados, 2.337 voltaram para a escola ou permaneceram nela, uma taxa de sucesso de 117%.

- 378 crianças ou adolescentes estavam fora da escola e 278 foram matriculados (73,6%).
- 2.066 crianças ou adolescentes estavam em risco de evasão e 2.059 foram reinseridos (99,7%)

	Identificadas até novembro de 2023	Inseridas até novembro de 2023	Meta	Alcance da meta
Governador Valadares	2.444	2.337	2.000	117%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Métodos de identificação

No Territórios em Rede de Governador Valadares, a Busca Ativa escolar foi a principal forma de localização das crianças e adolescentes fora da escola, representando 49,3%. Em seguida, o processo de produção e validação das listas produzidas pela rede de ensino, que incluíam dados de unidades escolares ou de Secretarias de Educação sobre abandono e infrequência representaram 23,6%. O desdobramento dessas listas, ou seja, indicações de alguém já listado, compreendeu 7,3% dos cadastros.

Por outro lado, em 4,2% das identificações foram fruto de demanda espontânea, quando o projeto foi procurado espontaneamente pela família e/ou mobilização comunitária. As indicações diretas da rede articulada também desempenharam importante papel, com equipamentos públicos da Assistência, como CRAS, CREAS e Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) contribuindo com 4%; Unidades de Saúde, 3,6%; e o Conselho Tutelar com 7,3% das indicações.

Estratégias de identificação	Crianças e adolescentes identificados	%
Busca Ativa escolar: abordagem ativa	1.212	49,6%
Demanda espontânea: projeto procurado pela família ou respondente	102	4,2%
Indicação de vizinho ou terceiros	4	0,2%
Indicação da escola (fora da lista)	3	0,1%
Indicação de equipamento público da Assistência (CRAS, CREAS, SEAS)	98	4,0%
Indicação do Conselho Tutelar	166	6,8%
Indicação de equipamento público de Saúde (UBS, UPA, CAPS) e Agente Comunitário de Saúde	89	3,6%
Indicação de organização da sociedade civil, instituição religiosa, comércio	17	0,7%
Listas oficiais da Educação de unidade escolar ou de Secretarias de Educação (abandono, infrequência, distorção idade-série)	575	23,2%
Listas oficiais da Educação – desdobramento (indicação de alguém da lista)	178	7,3%
Outras	12	0,5%
Total	2.444	

Além disso, o Territórios em Rede desempenhou um papel crucial ao articular as demandas do território com a gestão pública. A atuação da equipe no território buscou promover a integração da rede de proteção e do Sistema de Garantia de Direitos das crianças e dos adolescentes.

Ao apresentar para a Secretaria de Educação, sistematicamente, os motivos da exclusão escolar identificados, por escola, por bairro, por etapa de ensino e o perfil socioeconômico das crianças, adolescentes e suas famílias, foi possível contribuir para o planejamento das redes, sua autoavaliação, além de proporcionar insumos para a reformulação de projetos políticos pedagógicos orientados ao acolhimento dos estudantes vulnerabilizados socialmente, para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar. Trata-se, contudo, de um processo lento, que teve como aposta o caminho da formalização de uma política pública intersetorial que pudesse dar a estas ações um caráter perene e efetivo.



↑ Acervo de material e vídeos/documentários publicados no Canal Youtube do projeto

Para alcançar esses resultados, foram realizadas **17.419 ações de acompanhamento** a crianças/famílias para orientações e encaminhamentos. Para esses atendimentos **foram realizadas 10.936 visitas domiciliares e 6.483 contatos remotos**. Dos 1.354 encaminhamentos feitos pela equipe visando à reinserção escolar e/ou inclusão:

- **512** foram para a Assistência Social;
- **435** para a Educação;
- **257** para a Saúde;
- **88** para o Conselho Tutelar; e
- **48** para a sociedade civil.



“Eu queria falar o que estou vendo e acho como enfermeira da área de Saúde. Já faz tempo que estou nessa unidade. Você está prestando um trabalho bem eficiente aqui para a população. É a minha opinião. Tanto que as visitas que faço junto com você estão sendo muito proveitosas. É gratificante para mim, que sou da área da Saúde, ter este vínculo com você e com este trabalho. Estão todos de parabéns. Podem contar comigo para o que precisarem.”

Enfermeira Coordenadora da ESF Novo Horizonte, em Governador Valadares

Incidência política

O Territórios em Rede objetiva apoiar a consolidação de políticas públicas intersetoriais de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, formalmente reconhecidas pelos municípios. Além disso, visa capacitar os agentes públicos envolvidos, para a efetiva implementação das políticas.

Há uma série de ações realizadas pelo projeto, em diferentes etapas e conforme a disponibilidade dos municípios em prosseguir com as orientações fornecidas, de modo que a experiência da incidência política em cada cidade é única e progressiva.

A implementação da metodologia do projeto, por meio de suas ações diretas no território para a inserção escolar das crianças e adolescentes inicia um percurso de incidência prática, a partir do estabelecimento de rotinas, fluxos, produção de informações e ações intersetoriais e de mobilização orientadas ao atendimento dos casos identificados pelo projeto.

Paralelamente, se estabelecem espaços específicos de gestão das práticas instauradas, como o Comitê Intersetorial, mas também outros fóruns são criados ou fortalecidos em nível local, reunindo equipamentos públicos e sociedade

civil em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. O projeto atua, neste sentido, incentivando que estes espaços permaneçam ativos, inclusive por meio de sua institucionalização.

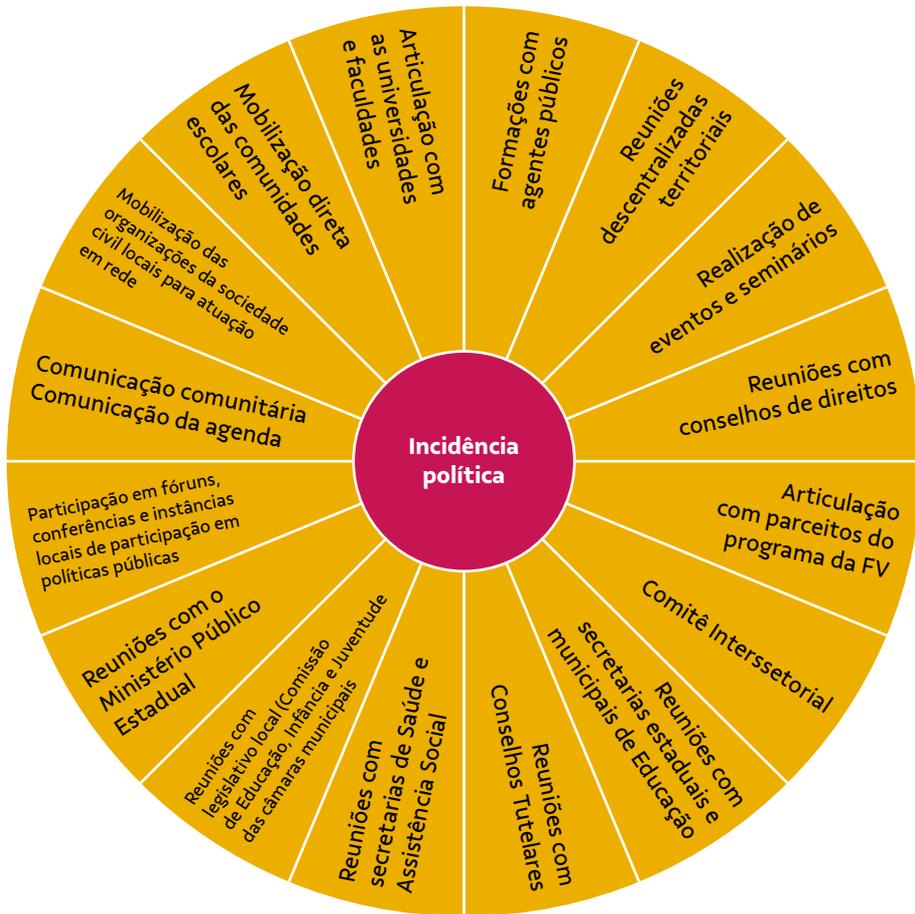


Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.

Reunião do Comitê Gestor Intersetorial de Governador Valadares com a participação de diversos parceiros e equipamentos municipais, como as Secretarias de Educação e Saúde, CREA, CRAS e Conselho Tutelar, além da equipe do TR. Durante o encontro, uma representante do Cadastro Único realizou uma breve orientação sobre os benefícios concedidos, com destaque para o Bolsa Família e suas novas regras.

Além disso, ações formativas são conduzidas com a finalidade de capacitar agentes públicos na atuação da Busca Ativa escolar e demais estratégias necessárias à implementação de uma **política pública permanente** com foco nesta agenda. É importante destacar que as ações realizadas são construídas de forma dialógica com os representantes municipais, com especial adesão das pastas de Educação, Assistência Social e Saúde, dentre outras.

Ações de incidência para a política pública



Em Governador Valadares, o trabalho de incidência política começou, desde o início do projeto, estabelecendo uma rotina de articulação e acompanhamento com as Secretarias afins à temática. Inicialmente, foram realizadas reuniões setoriais para definir fluxos de identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, com base nas práticas já adotadas em seus respectivos programas. De acordo com as potencialidades identificadas, o projeto iniciou uma dinâmica contínua de mediação entre as diferentes áreas da administração pública, visando promover uma ação interssetorial coesa.

Assim, o Comitê Gestor Intersetorial (CGI) estabeleceu uma dinâmica de reuniões mensais, com o objetivo de compreender o fenômeno da exclusão escolar no município, envolvendo a análise de casos reais atendidos pelo projeto, as características da população identificada naquela situação e os desafios enfrentados pela rede de proteção.

Durante todo o percurso do projeto Territórios em Rede no município, o CGI realizou 22 reuniões, focado em estratégias de combate à exclusão escolar.

No município, as seguintes Secretarias e instâncias públicas participaram do fórum de debates:

- Secretaria Municipal de Educação (diretora pedagógica), representante do Setor de Procedimentos Administrativos, direção escolar, Programa de Mediação de Conflitos
- Secretaria de Saúde (RT Atenção Primária – PSE, enfermagem, coordenadora e técnica do CAPSI – Centro de Atenção Psicossocial)
- Secretaria de Assistência Social (coordenadora do CRAS, coordenadora do CREAS, Gerência Proteção Básica, Coord. Frequência Escolar – Bolsa Família, Gerência CadÚnico)
- Conselho Tutelar
- Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública)
- Igreja Metodista (sociedade civil)
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM)
- Departamento de Habitação – representante

Busca Ativa Escolar (Unicef/Undime)

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizada gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo Unicef, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitam planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento, etc., fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção. Cada Secretaria e profissional tem um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na escola.

Todo o processo é acompanhado pela ferramenta tecnológica, que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados importantes sobre cada caso acompanhado, e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e do adolescente no município e/ou estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, *tablets*, celulares (SMS) ou celulares (*smartphones*). Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

Fonte: Busca Ativa Escolar Página inicial. <https://buscaativaescolar.org.br/>



Teve destaque, ainda, a parceria com a estratégia Busca Ativa Escolar, uma iniciativa do Unicef e da Undime¹⁹ para municar as gestões municipais com ferramentas e metodologias de enfrentamento da exclusão escolar, como um caminho de promover a estruturação de uma política pública, por meio de formações destinadas à utilização da plataforma *on-line* que este programa disponibiliza aos municípios, assim como da apropriação metodológica das ações de Busca Ativa Escolar e do trabalho intersetorial. Desse modo, o projeto estabeleceu, junto à Prefeitura de Governador Valadares, um processo de trabalho que realizou, desde o incentivo à adesão do município à estratégia até ações de assessoria para a aprendizagem sobre seu funcionamento e operação: orientação para a organização dos fluxos intersetoriais, formulação de plano de trabalho, capacitação de equipes (orientadores pedagógicos, agentes comunitários de Saúde, assistentes sociais, conselheiros tutelares, entre outros) e estímulo à autonomia para a condução do Comitê Gestor Intersetorial.

Como desafios do grupo e do próprio processo de trabalho, entende-se a dificuldade em estabelecer uma cultura (práxis) intersetorial, resistência de alguns agentes públicos a uma nova agenda de trabalho, dificuldade na definição de representantes fixos, ocasionando instabilidade e rotatividade de participantes, conflitos internos à gestão pública sobre o escopo de atuação exigido de cada pasta e programa, pouca capacidade resolutiva dos participantes e preocupação com a sustentabilidade da iniciativa.

Como avanços, porém, podem ser ressaltados:

- Adesão à Busca Ativa Escolar, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e acompanhamento para sua implementação;
- Realização de Comitês formativos ampliados com temáticas sobre o Sistema de Garantia de Direitos;
- Realização de estudos de caso proporcionado atendimento integral pela rede às famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Realização de alinhamento para visitas domiciliares em conjunto com a rede, para atendimento aos casos mais vulneráveis, principalmente nos Conjuntos Residenciais;
- Análise conjunta dos dados diagnósticos sobre indicadores educacionais e sociais do município;
- Formação sobre Trabalho Infantil, diante da necessidade de entendimento verificada no CGI sobre o tema;
- Articulação com o NAE (Núcleo de Acolhimentos Educacionais/SEE/MG) para participação no CGI;
- Participação do Ministério Público sobre o trabalho de Busca Ativa escolar.

Além do trabalho intersetorial no nível da gestão municipal, o projeto criou e desenvolveu os grupos de trabalho locais, incluindo participantes da rede de proteção social no nível dos equipamentos públicos localizados nos bairros, com atendimento direto à população, como as escolas, os CRAS, as UBS, os Conselhos Tutelares, além de representantes da sociedade civil. A experiência iniciou ao final do trabalho de campo da equipe de articuladores locais, visando manter a articulação necessária para a continuidade dos

atendimentos aos casos de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar pelos agentes públicos locais.

Soluções integradas

20ª Reunião do Comitê Gestor Intersetorial de Governador Valadares, que teve a participação do conselheiro tutelar e de representantes das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social. Foram realizados estudos de casos sobre estudantes infrequentes e/ou em situações de vulnerabilidade extrema e articuladas soluções integradas para o resgate desses estudantes.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2023.



Foto: Perikles Siqueira, 2022

Considerações e aprendizagens



“Qualquer país que se digne a proteger e garantir direitos, precisa de uma Educação que seja para todas as pessoas e que, no caso do Brasil, supere a histórica negligência ao Direito à Educação.”²⁰

Natacha Costa, diretora da Cidade Escola Aprendiz

Para garantir a sustentabilidade das conquistas do projeto Territórios em Rede e disseminar a metodologia e as aprendizagens obtidas, foi sistematizado um conjunto de considerações e recomendações.

Quanto ao fluxo e monitoramentos das informações

- Criação de um sistema integrado das políticas sociais, com incentivo à utilização do CPF como código único de identificação;
- Alimentação permanente do sistema integrado com informações atualizadas sobre crianças e famílias e atendimentos (incentivo à atualização regular dos dados nas escolas);
- Definição de um fluxo permanente sobre estudantes infrequentes, com incentivo ao controle diário da frequência escolar;
- Melhoria do aproveitamento da ficha de matrícula dos estudantes para ampliação do conhecimento sobre o perfil discente como insumo para a gestão escolar e o projeto político pedagógico;

²⁰ Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-integral-qual-o-sentido-de-mais-tempo-na-escola>

- Dispensa da declaração escolar anterior no ato da matrícula, uma vez que o Histórico Escolar da criança permanece no sistema de gestão acadêmica (para os casos de criança que já passou pela rede) e, muitas vezes, sua exigência se torna um impeditivo para a sua matrícula;
- Parceria com os órgãos públicos e o estabelecimento de um fluxo firmado entre as entidades, a fim de regulamentar os fluxos de troca de informações com base na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Quanto ao acesso à escola

- A mediação do projeto entre a demanda das famílias e a oferta de vagas na rede municipal revelou que as vagas oferecidas nem sempre atendem às necessidades das famílias, seja pela distância ou necessidade de transporte, pelo horário ou disponibilidade de vagas para irmãos na mesma escola, por questões específicas relacionadas aos estudantes com deficiência e à saúde, ou, ainda, por problemas relacionados às fronteiras físicas e simbólicas que impedem o trânsito entre localidades próximas;
- O retorno do ensino presencial indicou a necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos que possam reverter os déficits de escolarização dos estudantes, a perda de matrículas e o aumento do abandono escolar. Soma-se a estas demandas, o contínuo investimento em formação continuada e o acompanhamento dos profissionais da Educação no desenvolvimento de estratégias pedagógicas capazes de superar os desafios ligados às aprendizagens;
- Ampliação e qualificação da divulgação de informação sobre a matrícula, com maior capilaridade nos territórios mais vulneráveis e com a garantia de profissionais capacitados para o acompanhamento e orientação adequados às famílias. É importante que as informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção possa orientar devidamente os responsáveis pelas crianças e adolescentes;

- Implantação de protocolo interno da Secretaria de Educação quanto ao atendimento legal para casos de crianças sem documentação (Certidão de Nascimento, Comprovante de Escolaridade, etc.);
- Ampliação da oferta do transporte escolar e do transporte público sem custo para estudantes e para os responsáveis que os acompanham no trajeto escolar;
- Definição de estratégias para situações que dificultam o acesso das crianças à escola, como unidades escolares distantes da residência ou instaladas em áreas de risco, exclusão de estudantes “problema”, em situação de medida socioeducativa, vagas para irmãos na mesma escola, e outras, a fim de resolvê-las a contento.

Quanto ao trabalho das escolas

- Construção e/ou revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, incluindo formas de prevenção da exclusão dos estudantes em situação de infrequência e a adoção de uma perspectiva inclusiva e equitativa;
- Adoção de uma perspectiva antirracista, de enfrentamento às desigualdades de gênero e da defesa de uma Educação laica em todas as esferas da gestão educacional, gestão escolar e atuação pedagógica;
- Criação de estratégias específicas para a garantia das condições de aprendizagem para crianças em risco de exclusão, no que diz respeito à promoção e à permanência na escola;
- Compromisso da escola com o abandono “zero”;
- Estímulo à organização dos estudantes e ao protagonismo juvenil para a prevenção à exclusão escolar e promoção de melhorias no ambiente escolar e das relações interpessoais;
- Formação continuada dos profissionais da Educação e desenvolvimento de práticas de gestão e pedagógicas, que efetivem uma aprendizagem equitativa, considerando as desigualdades raciais, de gênero, em relação a pessoas com deficiência e territoriais;

- Formação continuada para professores, preparando-os para atender às diversas necessidades dos estudantes e para o ensino em um ambiente pós-pandemia;
- Ampliação da oferta educativa, com diversificação de tempos, espaços e linguagens, incluindo artes, esportes e atividades extracurriculares, promovendo o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Quanto ao trabalho da rede de proteção social junto às famílias e escolas

- Ampliação de programas de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, assegurando que as necessidades econômicas não levem os adolescentes ao trabalho precoce e desprotegido, permitindo que se concentrem exclusivamente em sua aprendizagem;
- Investimento em serviços de saúde mental e bem-estar nas escolas e unidades de Saúde para apoiar o desenvolvimento emocional e psicológico dos estudantes, especialmente das adolescentes gestantes;
- Envolvimento comunitário e familiar com a participação ativa da comunidade e dos responsáveis na Educação, criando uma rede de apoio ao redor dos estudantes e fortalecendo a comunidade escolar;
- Promoção de parcerias e mobilização das instituições locais (associações de moradores, igrejas, ONGs, comércios locais e equipamentos públicos, entre outros) para o engajamento das comunidades em torno do compromisso de superar a exclusão escolar. É importante que as informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios para que toda a rede de proteção possa orientar devidamente os responsáveis;
- Promoção de campanha permanente pela causa da garantia do Direito à Educação, com ampla mobilização nos territórios e na cidade, por meio de diversos recursos já disponíveis e estratégias de comunicação (cartazes, folhetos, *folders*, panfletagem, carro de som, etc.) de forma planejada, para maior efetividade dos resultados.

Quanto à Intersetorialidade e Colaboração

- A construção de respostas intersetoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos para enfrentar o problema da exclusão escolar de maneira multidimensional e sistêmica, considerando os diferentes aspectos relacionados ao fenômeno;
- A colaboração entre diferentes setores e serviços levou à utilização mais racional dos recursos, evitando duplicações de agendas, redundâncias de ações e aproveitando as sinergias entre as diferentes áreas, como metas e objetivos comuns, além de profissionais responsáveis por diferentes programas;
- A articulação de redes de serviços, para atendimento das demandas das famílias, permitiu que os sujeitos e comunidades tivessem acesso a um conjunto mais amplo de oportunidades e direitos, sem a qual possivelmente teriam encontrado maiores dificuldades para acessar;
- A articulação de diferentes setores e serviços em torno de uma causa comum amplia e fortalece o *advocacy* e a incidência em políticas, ampliando a defesa por recursos e o aprimoramento das condições de trabalho nos territórios;
- A ativação dos territórios e bairros da cidade em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar promove a colaboração entre os equipamentos públicos e a integração dos serviços de Educação, Saúde, Assistência Social, sociedade civil, entre outros, fortalecendo os vínculos comunitários e o sentimento de pertencimento;
- A interação entre diferentes setores e profissionais permite a troca de conhecimentos e os incentiva a melhores práticas, aprimorando a reflexão sobre o atendimento prestado, ampliando o conhecimento sobre o que cada Secretaria oferece, seus desafios e estratégias, de modo a fortalecer uma cultura de trabalho intersetorial no município.

Iniciativa:



Parceiro Executor:





Iniciativa:



Parceiro Executor:



ISBN: 978-85-64569-28-7

